

AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL IBERO-AMERICANAS COMO DISPOSITIVOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

MAPEAMENTO DE ORGANIZAÇÕES
E REGISTO DE EXPERIÊNCIAS
DE INOVAÇÃO SOCIAL SOBRE
JUVENTUDE, EMPREENDEDORISMO
E EDUCAÇÃO

AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL IBERO-AMERICANAS COMO DISPOSITIVOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

MAPEAMENTO DE ORGANIZAÇÕES
E REGISTO DE EXPERIÊNCIAS
DE INOVAÇÃO SOCIAL SOBRE
JUVENTUDE, EMPREENDEDORISMO
E EDUCAÇÃO



As opiniões expressas são da responsabilidade exclusiva dos autores, sem que tal comprometa as instituições a que possam pertencer, e não refletem necessariamente os pontos de vista da SEGIB nem dos seus países-membros.

O uso de uma linguagem que não discrimine nem marque diferenças entre homens e mulheres é uma das preocupações da SEGIB e dos organismos que apoiam este documento. Nesse sentido, deve-se esclarecer que neste trabalho o uso do masculino refere-se sempre a todas e todos, mulheres e homens.



Organismo Internacional destinatário da consultoria :
SEGIB. Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul

Entidade articuladora da consultoria:
A Liga Ibero-americana de Organizações da Sociedade Civil

Equipe coordenador da Liga Ibero-americana:

- Alejandra Solla
- Rolando Kandel
- Nuria Valls
- Ivonne del Pozo

Consultores:

- PhD. © Víctor Caro Castro
- Mag. Adrián Rozengardt

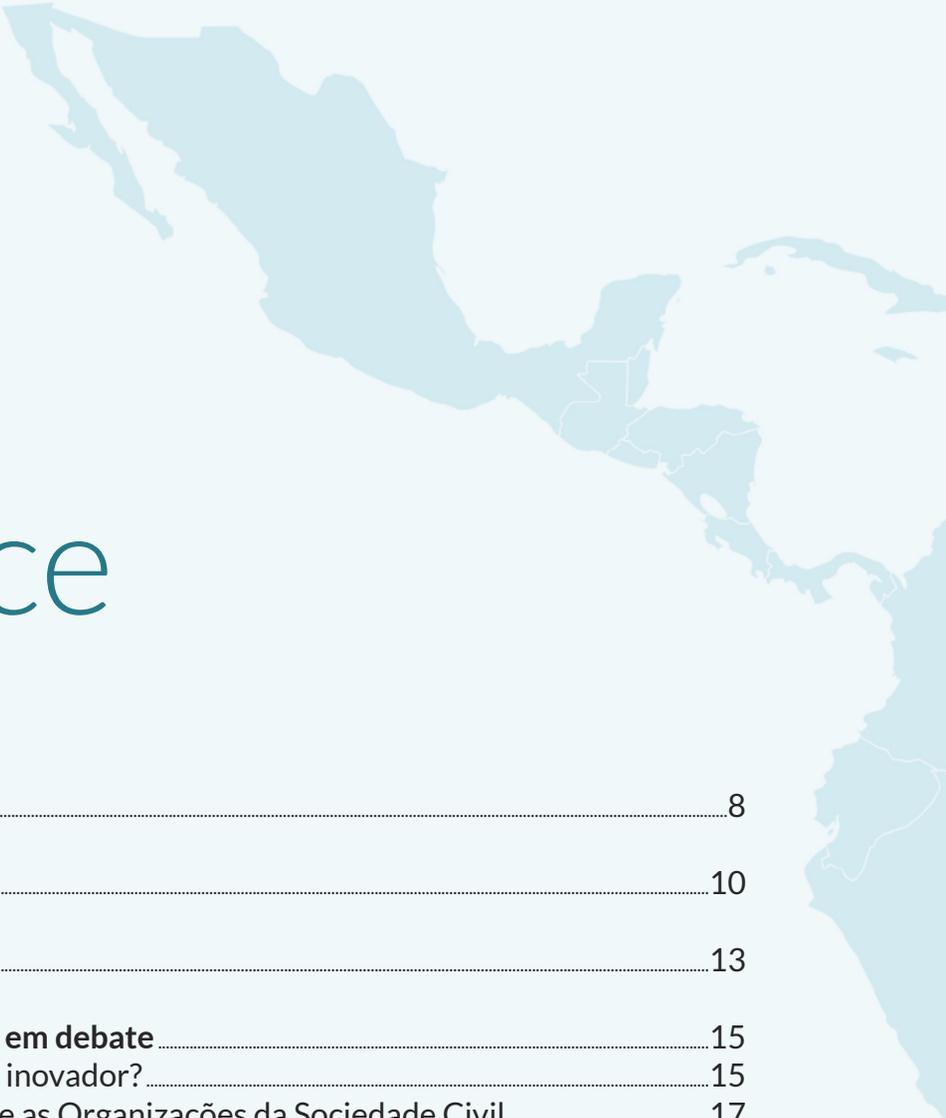
Desenho e produção:

Infinito Estudio, S.L.
www.infinitoestudio.com

Depósito Legal:

M-33476-2016

Buenos Aires, Bruxelas, junho de 2016



Índice

Agradecimentos	8
Prefácio	10
1. Introdução	13
2. A Inovação Social em debate	15
Tudo o que novo é inovador?.....	15
A Inovação Social e as Organizações da Sociedade Civil.....	17
3. A Inovação Social e a visão dos organismos internacionais	19
Um conceito que vai ganhando espaço.....	19
A Inovação Social a visão ibero-americano.....	19
Secretaria-Geral Ibero-Americana - SEGIB.....	19
Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas - CEPAL.....	20
A Inovação Social como impacte da ciência e da tecnologia.....	21
As Nações Unidas e a Agenda de Desenvolvimento 2030.....	21
A União Europeia e a Estratégia de Desenvolvimento 2020.....	22
4. A Inovação Social na perspetiva das OSC ibero-americanas	23
A sociedade civil como força inovadora.....	23
Algumas definições desde a Ibero-América.....	24
Oficina de La Antigua, Guatemala.....	25
5. Os eixos da Inovação Social	27
A Inovação Social.....	27
As organizações como dispositivo inovador.....	28

A light blue map of Ibero-America, including Spain, Portugal, and the Americas, is positioned in the background on the left side of the page.

6. A matriz de Inovação Social	29
Componentes	29
A força institucional	30
Contexto	30
A inovação social como processo de aprendizagem	31
A inovação social é um processo com pretensões de incidir e contribuir para a política pública	32
Indicadores	34
7. A experiência das OSC ibero-americanas	36
A amostra em estudo	36
A inovação vista pelas OSC ibero-americanas	38
8. Matriz aplicada	44
Ponderação da matriz e índice	44
9. Índice de Inovação Social	45
Componente 1. Força Institucional	47
Dados recolhidos	47
Análise do componente	48
Componente 2. Contexto	50
Dados recolhidos	50
Análise	51
Componente 3. Processo de Aprendizagem	53
Dados recolhidos	53
Análise	54
Componente 4. Incidência e Contributo	56
Dados recolhidos	56
Análise	57
10. Partilhando experiências	59
11. Algumas observações finais	61
12. Imagem completa da matriz	63
13. Bibliografia	64
Anexo 1	66
Inquérito realizado às organizações	66
Anexo 2	68
Lista de organizações inquiridas	68

Agradecimentos

O presente documento recupera e analisa algumas práticas significativas desenvolvidas pelas redes, plataformas e Organizações Sociais presentes na região ibero-americana.

A decorative graphic consisting of several thin, overlapping white lines that form a series of smooth, flowing waves across the middle of the page.

[Voltar ao índice](#)

Promove igualmente uma séria e interessante reflexão acerca do conceito de Inovação Social, neste caso, enquadrado na temática que nos convoca para a XXV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado: *Juventude, Empreendedorismo e Educação*.

Queremos agradecer especialmente nesta publicação aos diferentes intervenientes sem os quais ela não teria sido possível.

Em primeiro lugar, às *juventudes* com quem trabalhamos, que apesar de lidarem com a vulneração dos seus direitos, dia após dia nos dão o exemplo através do seu compromisso, esforço, criatividade, luta e perseverança, para a construção de sociedades mais justas e equitativas, nas quais a diversidade, a solidariedade e o respeito pelas diferenças sejam as bases necessárias para gerar comunidades integradas que ao mesmo tempo façam parte da integração regional.

Às *Organizações Sociais, Plataformas Nacionais e Redes Regionais*, com quem temos vindo a trabalhar há já onze anos, procurando que a nossa voz e as nossas propostas e recomendações, juntamente com as vozes e propostas dos jovens com quem trabalhamos, façam parte da Agenda Política e se integrem na construção das políticas públicas nacionais e da região ibero-americana.

Dirijo também um especial agradecimento aos nossos colegas, que consideramos parte desta publicação, que são os representantes da *Comissão Articuladora dos Encontros Cívicos*: a ACCION do Chile, la Coordinadora de ONGD de España, a Confederação Colombiana de ONG e a Liga Ibero-Americana de OSC.

Finalmente, à SEGIB, e particularmente com todo o nosso respeito e valorização, à Secretária-Geral Ibero-Americana, D^a Rebeca Grynspan, e à sua comprometida equipa, pela confiança e a aposta política na intervenção da Sociedade Civil surgida no seu mandato. Pelos diálogos, debates, apoio e acompanhamento, que deram origem a esta publicação, que esperamos seja de utilidade.



Lic. Alejandra Solla
Diretora Executiva
Fundación SES
Presidente da Liga Iberoamericana de OSCs

Prefácio

O presente Relatório tem como objetivo identificar e dar visibilidade ao importante papel das instituições da sociedade civil que trabalham a Inovação Social (IS) no espaço ibero-americano e construir um registo de experiências que reflita estes contributos. O estudo assume uma ênfase particular em matéria de juventude, empreendedorismo e educação, temáticas que marcam a XXV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

O documento é o resultado da consultoria liderada pela Liga Ibero-Americana de Organizações da Sociedade Civil e que foi apresentado e discutido no âmbito do XI Encontro Cívico que teve lugar a 6 de setembro em Medellín (Colômbia). Os contributos surgidos desta entidade fazem também parte desta publicação. O conhecimento acumulado do trabalho das 26 organizações da sociedade civil membros da Liga Ibero-Americana é um valor acrescentado que está refletido na investigação, dado que a torna conhecedora da realidade em matéria de experiências de inovação social com relevante experiência e capacidade para a geração de sinergias interinstitucionais.

É recolhida informação de **30 iniciativas desenvolvidas por 25 organizações em 12 países ibero-americanos**. Este estudo foca-se nas organizações da sociedade civil ibero-americana e no seu potencial para operarem como dispositivos de IS, gerando transformações significativas na realidade dos grupos-alvo com que trabalha.

O Relatório pretende ser o ponto de partida para o debate e a troca de ideias e não pretende apresentar uma definição acabada do próprio conceito de inovação social, mas sim da sua ligação às atividades e projetos que as organizações da sociedade civil desenvolvem quotidianamente na região. Reconhece-se que tem a força de ter sido consolidado com ideias e informação disponibilizada pelas próprias organizações, o que implica um exercício de autorreflexão e sistematização de saberes, experiências e caminhos percorridos. Entre outras revelações, o estudo mostra que as organizações da sociedade civil ibero-americanas têm uma prática e uma experiência que têm gerado nestas últimas décadas grande quantidade de inputs de todo o tipo para transformar a realidade a diferente escala.

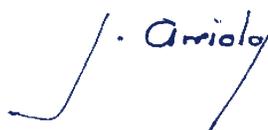
Por outro lado, pondera-se que um dos requisitos para a produção de inovações é, além da circulação de ideias e informação, a sua conservação como conhecimento, para poder construir sobre essa massa crítica de conhecimentos maiores ações inovadoras. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil analisadas contam com uma forte tendência para impulsionar diagnósticos participativos, avaliar as práticas, sistematizar e comunicar os resultados.

Por fim, a dificuldade mais notória na aplicação da inovação social é a articulação com os Estados, a nível local, subnacional ou nacional. Os tempos políticos, os diferentes modelos de desenvolvimento empreendidos, os conflitos de interesses, as mudanças de gestão, as dificuldades administrativas, por vezes a falta de valorização da parte dos administradores governamentais, etc., são fatores que afetam a impossibilidade ou complexidade da escalabilidade das experiências da sociedade civil, o que significa um desafio que se deve enfrentar.

Em suma, espera-se que este documento seja uma ferramenta de utilidade, para os governos e organizações da sociedade civil dos países membros de toda a nossa comunidade ibero-americana.

Salvador Arriola

Secretário para a Cooperação Ibero-Americana



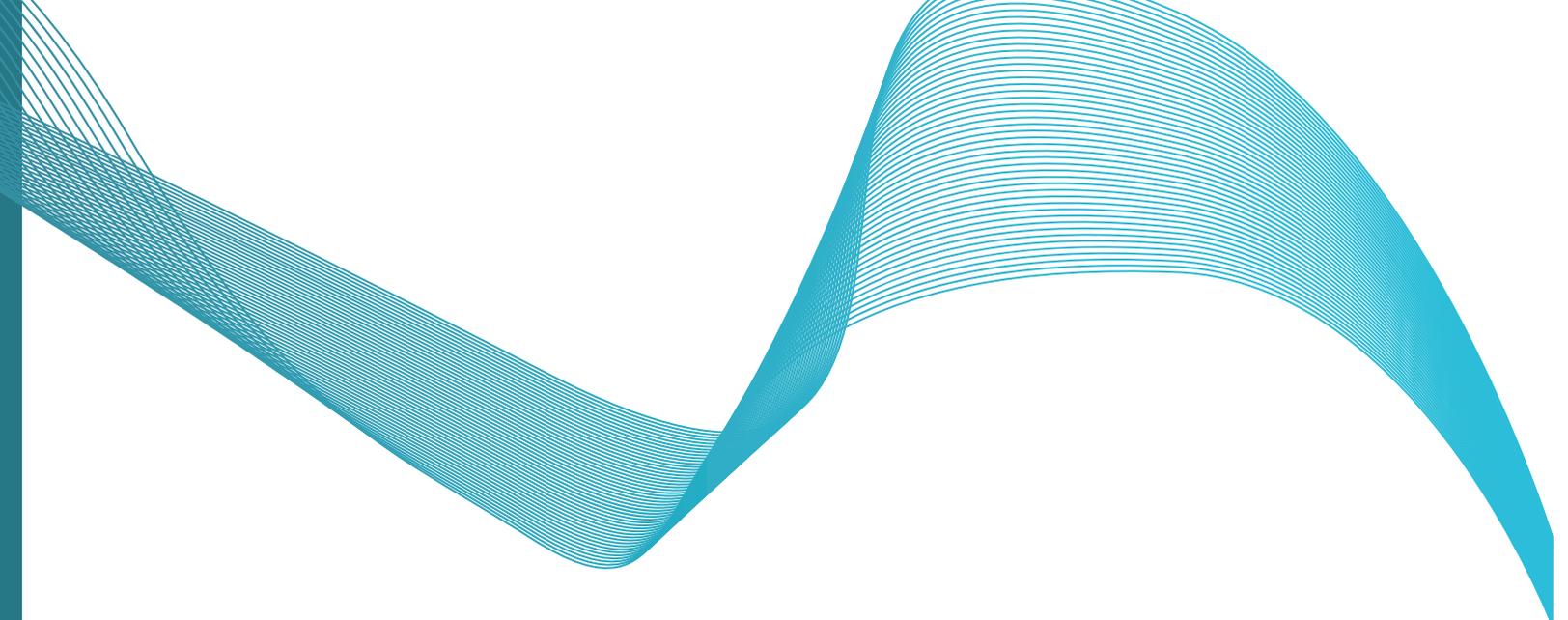
Martín Rivero Illa

Coordenador da Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul





[Voltar ao índice](#)



AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL IBERO-AMERICANAS COMO DISPOSITIVOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

MAPEAMENTO DE ORGANIZAÇÕES
E REGISTO DE EXPERIÊNCIAS DE INOVAÇÃO SOCIAL
SOBRE JUVENTUDE, EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

Introdução

1

Durante o X Encontro Cívico Ibero-Americano de outubro de 2014 no México, foi acordado entre as organizações da sociedade civil, plataformas nacionais e redes regionais, estabelecer com a Secretaria-Geral Ibero-Americana – SEGIB – um mecanismo de coordenação para propiciar maiores níveis de interlocução com os governos ibero-americanos. Nesse importante encontro realizado no Distrito Federal propôs-se “Reconhecer e apoiar o enorme potencial das inovações sociais da Sociedade Civil, destinando recursos para a sua sistematização, facilitar o seu escalamento e a sua inclusão nas políticas públicas”.

A cidade de La Antigua (Guatemala), em novembro de 2015, foi sede da oficina “A Inovação Social no âmbito da juventude, da educação e do empreendedorismo”, temáticas que serão abordadas durante o XI Encontro Cívico Ibero-Americano¹, no quadro da XXV Cimeira Ibero-Americana. No Centro de Formação da Cooperação Espanhola trabalhou-se com três objetivos: i) preparar o XI Encontro Cívico Ibero-Americano da Colômbia; ii) estabelecer consensos quanto às definições a ter em conta para trabalhar a questão da Inovação Social; e iii) contribuir com ideias para fortalecer os mecanismos de interlocução entre a Sociedade Civil e os governos.

1 Colômbia, 6 de setembro de 2016.

Daí surgiu a necessidade de criar um documento que permitisse estimular o debate, percorrer alguns contributos teóricos, mapear experiências e registar os contributos que as Organizações da Sociedade Civil trazem em relação à Inovação Social nomeadamente nos temas da Cimeira 2016: Juventude, Empreendedorismo e Educação.

Como se poderá observar ao longo deste documento, a categoria “Inovação Social” encontra-se, como muitas outras da área social, numa fase de diálogo, debate, identificação e apropriação tanto no mundo académico como no das organizações sociais, as gestões governamentais, os organismos internacionais e o mundo privado.

Nesse sentido, a primeira parte do trabalho implicará a identificação de algumas das principais vozes em torno da ideia da Inovação Social (IS). Mais abaixo será abordado o percurso do conceito IS nos mais recentes documentos de diferentes organismos internacionais ibero-americanos: europeus e das Nações Unidas. Para fechar este percurso introdutório recupera-se a perspectiva que os Encontros Cívicos Ibero-Americanos trazem sobre o tema.

Todos estes contributos e debates permitirão abordar a questão das organizações como inovadores. Dado que se atinge a Inovação Social quando se consegue envolver todos os protagonistas nos processos, promovendo novos processos e mecanismos institucionais que alcancem a intersectorialidade e a articulação, gerando maiores níveis de institucionalidade, de realização das estratégias propostas e de impacte nas políticas públicas com o fim de transformar a realidade.

Para poder abordar as organizações como dispositivo inovador, nomeadamente aquelas que desenvolvem as suas práticas ligadas à temática da

juventude, da educação e do empreendedorismo, considera-se a construção de uma “matriz de Inovação Social”. A mesma é formada por quatro componentes e vinte indicadores. Ao ponderar com este instrumento metodológico a informação recolhida através de um inquérito virtual feito a OSC da região ibero-americana, consegue-se formar um “Índice de IS”, do qual se extraem conclusões e se realizam propostas para implementar na relação com a SEGIB, os governos, as empresas e o conjunto de redes de organizações da Sociedade Civil.

É preciso reconhecer o desafio e a complexidade que implica abordar a questão da IS, ordenar opiniões, sistematizar ideias e analisar com esse amplo prisma experiências das Organizações da Sociedade Civil. Não há dúvida de que lidar com o mundo implica aceitar e compreender a complexidade e diversidade, além de correr o risco de simplificar demasiado. Mas, como diz Giorgio Agamben, “pensar na terminologia é o momento poético do pensamento”.

O objetivo deste documento é contribuir para o processo de preparação do XI Encontro Cívico Ibero-Americano a realizar-se na Colômbia em setembro 2016, a partir da elaboração de um documento facilitador e estimulador do debate, o mapeamento de organizações e o registo de experiências inovadoras ligadas aos temas da XXV Cimeira Ibero-Americana: Juventude, Empreendedorismo e Educação, implementadas por organizações da Sociedade Civil Ibero-Americanas.

Sirva este documento, pelo menos, para que as Organizações da Sociedade Civil Ibero-Americanas possam reconhecer-se em práticas e experiências que, para além do selo de “inovadoras”, sejam realmente favorecedoras dos processos de inclusão social, melhoria das condições de vida, superadoras das condições de pobreza e

multiplicadoras da participação social e, a partir dessa postura, possam articular e dialogar com os organismos internacionais que valorizam estes contributos, como a SEGIB.

O que é mais inovador do que transformar a realidade?



Alunos do workshop de carpintaria da Escola Oficina da Chiquitanía, em San José de Chiquitos (Bolívia). AECID © Miguel Lizana

A Inovação Social em debate 2

TUDO O QUE É NOVO É INOVADOR?

Inovação não é exclusivamente sinónimo de algo novo, nem tudo o que é novo é inovador e nem tudo o que é inovador responde a uma necessidade social da perspectiva das OSC. A Inovação Social não tem um modelo único, não há experiências molares que possam abranger e condensar este conceito na totalidade. O conceito está em discussão, em diálogo e em processo de apropriação por vários intervenientes.

O importante, neste mundo de relatividades conceptuais, é quem faz a pergunta sobre o que é a IS. Não é o mesmo se for feita pelo mercado, pelos governos, pelos cidadãos e cidadãs, pelas pessoas do ensino superior, pelas Organizações da Sociedade Civil. E tal como não há perguntas únicas, não há respostas únicas, porque existe uma grande diversidade de experiências particulares, e esse é o grande contributo para o debate sobre

este conceito, a multiperspetiva, a multilateralidade da abordagem, que parte da prática e se transforma em teoria.

Este documento aborda a IS na perspetiva e no olhar das Organizações da Sociedade Civil Ibero-Americanas. Esta aproximação poderá certamente coincidir com muitas visões e diferenciar-se de outros.

A IS para as OSC entende-se como aquelas “novas soluções para enfrentar velhos e novos problemas sociais” (Jaskyte and Lee, 2006), os que não foram resolvidos através dos mecanismos institucionais tradicionais. Em geral, procura quebrar os paradigmas de como e o que fazer para responder às múltiplas necessidades sociais relacionadas com a falta de acesso a direitos económicos, sociais, políticos e culturais, de um setor da população (geralmente maioritário) conseguindo assim a sua integração social.

Considera-se inovação o processo que leva à difusão de um novo produto ou procedimento (seja este tecnológico, organizacional ou de divulgação) ou à sua melhoria significativa, bem como à sua apropriação por diferentes atores sociais (Finquelievich, 2012).

As inovações sociais podem corresponder então a novas ideias (produtos, serviços e modelos) que cumpram simultaneamente as necessidades sociais e que criem novas relações sociais ou colaborações (Murray et al., 2009). Com este objetivo, a IS é desenvolvida tanto a partir da Sociedade Civil como da esfera pública, não sendo excludentes entre si, pelo contrário, geram sinergias e círculos virtuosos de colaboração que amplificam os efeitos de experiências inovadoras que tiveram sucesso.

Nicholls e Murdock (2012) descreveram a Inovação Social como a revolução shumpeteriana da

história moderna, isto é, uma das melhores qualidades da inovação social é que contribui para tornar as linhas divisórias entre setores (organizações, grupos de indivíduos, empresas, governos, etc.) mais difusas, e que assim a sociedade desempenhe um papel relevante na inclusão e na coesão social.

Existem múltiplas formas de inovação dentro e a partir das organizações (Shier and Handy, 2015), no entanto, para serem consideradas como Inovação Social devem perseguir um bem social (Borzaga and Bodini, 2014). Esta integração da “questão social” no conceito de inovação permitiu a criação de novas linhas em programas e políticas tanto de organismos internacionais como dos governos nacionais que procuram criar e disponibilizar estes “bens sociais”.

Embora exista disparidade em como se entende e aborda a IS em termos do seu alcance e foco (Pol and Ville, 2009), tal não diminui a sua importância em si mesma, no entanto obter consensos mais gerais permite uma interlocução mais fluida entre as Organizações da Sociedade Civil que trabalham nesta perspetiva, os governos nacionais e os organismos internacionais.

Uma definição clara permite operacionalizá-la e estabelecer parâmetros que são conhecidos e partilhados por todos os intervenientes. Deste modo, é possível estabelecer o que é e o que não é Inovação Social e a partir daí definir focalizações programáticas e políticas.

Existem conceptualizações gerais ou macrodefinições que entendem a IS como “qualquer nova ideia com potencial para melhorar seja a macroqualidade de vida ou a microqualidade de vida”, entendendo a macroqualidade de vida como o conjunto de opções valiosas que um grupo de pessoas tem a oportunidade de selecionar, enquanto a microqualidade de vida tem que ver com as op-

ções individuais (Pol and Ville, 2009). Para melhorar a macroqualidade de vida requer-se dotar as sociedades das competências necessárias para enfrentar o amplo e crescente fosso entre os problemas sociais existentes e as soluções oferecidas (Mulgan et al., 2007).

Também encontramos definições que são mais operacionais, como a proposta por Phills (2009) que estabelece que a IS é “Uma inovadora solução a um problema social que é mais eficaz, eficiente ou sustentável que as soluções existentes e para a qual o valor criado se acumula principalmente para a sociedade no seu conjunto em vez dos particulares. Assim, uma Inovação Social pode ser um produto, processo de produção, ou a tecnologia (tal como a inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma ideia, uma peça de legislação, um movimento social, uma intervenção ou alguma combinação deles”. Esta última concepção do significado do conceito de IS alarga o olhar de como a mesma é entendida, integrando implicitamente todos os intervenientes sociais num processo de transformação da realidade que transite para o bem comum.

A INOVAÇÃO SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Os processos que dão origem às inovações são extremamente complexos, e estão relacionados com a procura, a emergência e a difusão de conhecimentos e experiências, bem como com a sua materialização em novos produtos e processos de produção. Esta ideia, que costuma relacionar-se fortemente com os processos inovadores ligados à ciência e à tecnologia ao serviço do mercado, possibilita dimensionar a complexidade de enfrentar quando os processos de inovação se dão no terreno do social, quando, como sugere Hopehayn (2014), a Inovação Social é uma ação endógena ou intervenção exógena que consegue uma

mudança original/inovadora, que obtém resultados positivos face a uma ou mais situações de pobreza, marginalidade, discriminação, exclusão ou risco social, e que tem potencial para ser replicável ou reproduzível.

A sociedade civil caracteriza-se pela procura permanente de transformação na sociedade, o que em muitos dos casos se consegue por meio da Inovação Social (Nicholls, 2006), é por isto que afirmamos que a IS tem sido uma prática sistemática desde a sua origem, é seu leitmotiv melhorar as condições de vida dos setores vulneráveis sobre e com quem trabalha, o que tem permitido transformar políticas públicas e intervenções sociais a micro e macroescala.

Estes processos de inovação têm procurado permanentemente ser mais efetivos e eficientes em contextos caracterizados por uma crescente escassez de recursos sem esquecer a promoção e defesa de direitos. Contudo, a conceptualização e massificação do conceito de Inovação Social é relativamente recente e tem permitido visibilizar diversas iniciativas num contexto de entendimento comum para os diferentes intervenientes institucionais que participam no desenvolvimento socioeconómico nos níveis internacionais, regionais, nacionais e locais.

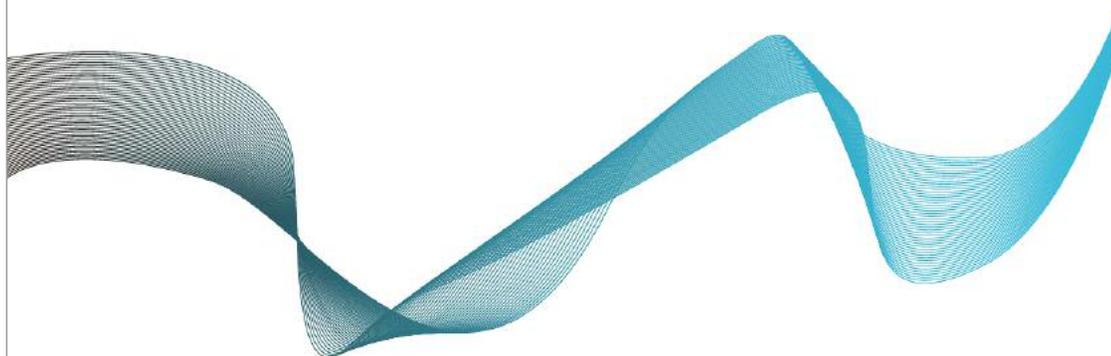
Assim, a Inovação Social como instrumento para a mudança social caracteriza-se por transformar a realidade económica ou política, procurando criar capacidade na comunidade, alterar os sistemas económicos ou desafiar as relações de poder na sociedade (Alvord et al., 2004). Portanto, as inovações sociais manifestam-se em mudanças de atitudes, comportamentos e perceções, o que resulta em novas práticas sociais (Cajaiba-Santana, 2014). Neste sentido as OSC realizam esforços diretos para modificar as perceções socioculturais e as suas ações tentam alterar o sistema de bem-estar social em si mesmo (Shier and Handy, 2015).

Howaldt, Koop e Schwarz, (2010) sugerem que a Inovação Social é “um processo de criação coletiva na qual os membros de uma determinada unidade coletiva aprendem, inventam e concebem novas regras para o jogo social da colaboração e/ou do conflito, isto é, uma nova prática social, e neste processo adquirem as capacidades cognitivas, racionais e organizativas necessárias”. Outros autores (Markus and Brett, 2016, Murray et al., 2009) referem-se neste mesmo sentido relativamente à IS como “Novas ideias que satisfazem as necessidades sociais, criam relações sociais e formam novas colaborações”. Deste ponto de vista e concordando em que a IS não é resultado de esforços individuais mas, pelo contrário, de transformações coletivas, é que reconhecemos que o que subjaz no caminho da Inovação Social não é um problema social que é preciso resolver, mas antes a mudança social que traz consigo (Cajaiba-Santana, 2014).

Por seu lado, Michael Gurstein (2003) sugere que o modelo de inovação, embora esteja inevitavelmente ligado aos projetos nacionais, provinciais e locais, não é necessariamente um modelo originado pelo Estado central, “de cima para baixo”, podendo ser considerado como baseado nas comunidades locais, na sua rede de atores sociais, ou como construído de baixo para cima.

É nesta transformação social que as OSC desempenham um papel fundamental através da sua função de promoção política (Almog-Bar and Schmid, 2013), assim como também através das formas em que interagem e se comprometem com a comunidade em geral, por meio da inovação em programas e iniciativas criadas para responder às necessidades administrativas e tecnológicas, incluindo a recolha de fundos, a troca de recursos e as melhorias tecnológicas (Mano 2009), as inovações da prática direta incluindo a implementação de práticas baseadas em evidência, a alteração dos procedimentos usados na forma em que se prestam os serviços, e a adaptação dos métodos de interação ou intervenção com os utentes do serviço gerando adaptações dos programas existentes para obter melhores resultados (Murray 2009).

Então, as inovações sociais implementadas pelas OSC influenciam a realidade de vários utilizadores, setores e comunidades em diferentes escalas (Jaskyte and Lee, 2006), através de qualquer nova abordagem, prática, intervenção ou produto elaborado para melhorar uma situação social ou resolver um problema social” (Bouchard, 1999).



UM CONCEITO QUE VAI GANHANDO ESPAÇO

Embora exista disparidade em como se entende e aborda a Inovação Social no discurso e na prática dos diferentes organismos internacionais, é evidente que nos últimos anos a inclusão deste conceito no discurso e na prática institucional tem vindo a crescer.

Os grandes desafios que as organizações enfrentam são complexos e difíceis de resolver, e encontraram sob o amplo conceito da IS um destacado universo para explorar, identificar e multiplicar.

Poderá observar-se também, neste breve percurso pelas principais definições, o destacado lugar que os organismos internacionais concedem às experiências criadas, impulsionadas e sustentadas pelas Organizações da Sociedade Civil.

Não é homogéneo a visão nem a apropriação da IS por parte dos organismos internacionais. Em alguns documentos e declarações institucionais, a IS está mais ligada a processos coletivos ligados a ações que obtêm resultados positivos face a situações de pobreza, marginalidade, discriminação, exclusão ou risco social, enquanto existem outros posicionamentos que a ligam mais aos impactos científicos e tecnológicos sobre a vida quotidiana.

As posições da SEGIB e da CEPAL como representação das instituições regionais ibero-americanas e alguns documentos recentes da ONU e da UE podem expor estes conceitos.

A INOVAÇÃO SOCIAL NA VISAÕ IBERO-AMERICANA

Secretaria-Geral Ibero-Americana – SEGIB

A ideia de inovação é um conceito que foi ganhando lugar no discurso e nas propostas da SEGIB. Já a XXIV Cimeira Ibero-Americana de Veracruz incluía a ideia da inovação no seu tema: “A Ibero-América no século XXI: Educação, Inovação e Cultura”. Na Declaração de Veracruz aponta-se que num mesmo plano, a educação, a inovação e a cultura são fatores-chave para a erradicação da pobreza bem como para atingir um desenvolvimento sustentável mais dinâmico que favoreça todos os seres humanos.

O nível de centralidade que a inovação assume para a SEGIB é demonstrado pelo seguinte parágrafo da Declaração de Veracruz: “Decididos a trabalhar em estratégias inovadoras para garantir uma educação universal e de qualidade, que integre de maneira contínua o progresso científico e tecnológico, que garanta a igualdade de oportunidades, principalmente entre mulheres e homens, e que promova a mobilidade social e melhore as oportunidades de emprego ao longo da vida, a produtividade e as capacidades para promover o desenvolvimento e a competitividade com base em conhecimento e mais valor agregado. Reafirmando a nossa vontade de dar impulso à inovação e aproveitar ainda mais as nossas capacidades criativas, científicas e tecnológicas para melhorar condições sociais, políticas públicas e processos de produção, bem como para promover o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável”. E, no Programa de Ação, apontou-se a necessidade de “chegar a novas estratégias e instrumentos de acordo com a realidade e necessidades da região, consolidando entre outros aspetos a Cooperação Ibero-Americana como modelo de cooperação horizontal, equitativa e solidária”.

A caminho da XXV Cimeira, durante a IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Trabalho, Emprego e Segurança Social de 2 e 3 de maio de 2016, referiu-se a necessidade de “impulsionar iniciativas de empreendedorismo que promovam mais e melhores empregos, bem como esquemas inovadores de mobilidade, promoção e incentivo do autoemprego e a promoção de formas associativas de produção. O talento humano é um dos motores de desenvolvimento e a mobilidade de talentos dentro do espaço ibero-americano irá favorecer a transferência de conhecimento, a criação científica e intelectual e a inovação”.

A Sra. D^a Rebeca Grynspan, Secretária-Geral Ibero-Americana, numa recente coluna escrita para o jornal El País², ao descrever a situação de formação e emprego da juventude na região ibero-americana, aponta que “as exigências da juventude são também um motor de mudança para melhorar a qualidade dos serviços públicos, e construir governos mais inclusivos, mais abertos às propostas dos cidadãos e às suas necessidades. Longe de pensar na insatisfação da juventude como desestabilizadora, devemos considerá-la uma força criativa”. Nesse contexto introduz o conceito de Inovação Cidadã, e propõe a implementação de laboratórios que, a partir da participação dos cidadãos, possam abordar problemas específicos nas suas comunidades, envolvendo questões de saúde até soluções para a inclusão social e a acessibilidade que as populações vulneráveis sofrem na Ibero-América. Grynspan refere que “precisamos que a nova geração disponha de avenidas concretas para transformar a realidade... que esta geração jovem, educada, que faz propostas, ativa, inovadora, disponha de avenidas concretas para transformar a realidade. Não no futuro, não na próxima década, mas sim aqui e agora”.

2 Jornal El país, Espanha. 08/05/2016

Esta ideia tem o seu antecedente na XXIII Cimeira, realizada na Cidade do Panamá, em outubro de 2013, onde se emitiu um comunicado especial sobre inovação cidadã. Nesse texto saúdam-se as iniciativas dos governos ibero-americanos para alentar a vinculação com as Organizações da Sociedade Civil e o projeto de Inovação Cidadã. Aqui a inovação oferece duas dimensões: uma ligada à formação de uma rede para trocar experiências entre os governos do espaço ibero-americano sobre mecanismos de participação cidadã e outra de incidência da sociedade civil nos processos de construção da política pública.

Na Declaração da XXIV Cimeira Ibero-Americana, de Veracruz, México, 2014, refere-se a necessidade de reconhecer as inovações sociais em educação e cultura surgidas da sociedade civil e impulsionar os trabalhos, de associação voluntária, da Rede de Governos Ibero-americanos para a Vinculação às Organizações da Sociedade Civil, integrada no México, com o fim de trocar experiências sobre mecanismos de participação cidadã.

O envolvimento das Organizações da Sociedade Civil ligadas à SEGIB nesta temática encontram na posição desta entidade uma importante plataforma que reconhece e valoriza os esforços e os contributos que as OSC fazem com as suas práticas inovadoras para os processos de inclusão social e erradicação da pobreza.

Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas - CEPAL

A Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas reconhece que o conceito de Inovação Social é recente, mas é a partir de 2004 que já encontramos aproximações a este respeito. A

CEPAL afirma que na região existe uma explosão de IS como resposta das comunidades, das Organizações da Sociedade Civil e dos governos nos diferentes níveis aos problemas sociais que não puderam ser resolvidos com os modelos tradicionalmente usados. Tem sido um fator-chave para melhorar as condições de vida da população da região, e não haja dúvida de que representou um contributo no progresso para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e continuará a ser fundamental para contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em diversos documentos deste organismo, a Inovação Social é definida como “novas formas de gestão, de administração, de execução, novos instrumentos ou ferramentas, novas combinações de fatores orientadas para melhorar as condições sociais e de vida em geral da população”. Um fator-chave no surgimento de inovações sociais foi, sem dúvida, a ativa participação da comunidade, tanto na definição do problema que desejam resolver, na identificação de possíveis alternativas de solução, na execução das mesmas como no seu acompanhamento. É indispensável que os modelos inovadores tenham uma relação custo-benefício melhor que a dos tradicionais, além disso devem ser escaláveis, sustentáveis e possíveis de ser transformados em programas e políticas públicas que possam afetar grupos amplos da população.

O relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano para a América Latina e as Caraíbas situa a sociedade civil na construção da agenda de desenvolvimento e como canalizadora das necessidades sociais, espaço que está em condições de impulsionar a geração de iniciativas de Inovação Social³.

3 Agenda 2030 sobre os ODS.

Uma das chaves do sucesso e da possibilidade de sustentabilidade no tempo das experiências da IS, para a CEPAL, está na participação ativa da comunidade beneficiada, assegurando que esta se torna um interveniente do seu próprio bem-estar. Também se destaca a capacidade para tecer alianças com pessoas da comunidade, com outras comunidades, com Organizações da Sociedade Civil, com o setor privado, com grupos de interesse nos mercados onde participam. E especialmente alianças com o Estado a nível local, intermédio e nacional.

A combinação virtuosa de elementos como os descritos demonstrou para a CEPAL um maior nível de sucesso na solução dos problemas. Não há dúvida, referem Rey de Marulanda e Tancredi (2010), de que se se atingir a sua massificação, através de políticas públicas, indicadores sociais como a pobreza, o abandono escolar ou a mortalidade materno-infantil, se poderiam reduzir com maior nível de eficiência e eficácia que os alcançados pelos modelos tradicionais e até pelos importados de outras latitudes com idiosincrasias muito diferentes.

A INOVAÇÃO SOCIAL COMO IMPACTE DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

As Nações Unidas e a Agenda de Desenvolvimento 2030

A Agenda 2030, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é um plano de ação destinado às pessoas, ao planeta e à prosperidade. Tem como fim fortalecer a paz universal dentro de um conceito mais amplo da liberdade. Reconhece como desafio fundamental a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. É um compromisso para todos os países e partes interessadas

através de uma aliança de colaboração. Exprime-se em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas.

No seu texto encontram-se diversas menções sobre inovação, por exemplo, quando refere o reconhecimento do facto de que “a gestão e o desenvolvimento sustentáveis do meio urbano são fundamentais para a qualidade de vida dos nossos povos. Iremos trabalhar com as autoridades e as comunidades locais para renovar e planejar as nossas cidades e assentamentos humanos promovendo a coesão comunitária e a segurança das pessoas e estimulando a inovação e o emprego”. Destaca a importância da inovação privada como motor da produtividade, do crescimento económico inclusivo e da criação de emprego, exortando as empresas a empregarem a sua criatividade e inovação.

Indiretamente o texto relaciona a inovação com os vários intervenientes que deveriam envolver-se para alcançar o cumprimento dos objetivos projetados, ao referir que para a implementação desta vasta e ambiciosa Agenda requer-se uma Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada com um espírito de solidariedade mundial, nomeadamente com os mais pobres e com as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade, facilitando a participação dos governos, do setor privado, da sociedade civil, do sistema das Nações Unidas e outras entidades e mobilizando todos os recursos disponíveis. Reconhecendo o papel que as microempresas e as cooperativas desempenham e a função das organizações da sociedade civil e das organizações filantrópicas.

Na Conferência Internacional sobre o Financiamento para Desenvolvimento: Agenda de Ação de Addis Abeba, está fortemente ligada à inovação com a ciência e a tecnologia, referindo-se que o encerramento dos fossos tecnológicos e o aumento da criação de capacidade a todos os níveis são essenciais para alcançar a mudança rumo ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza.

No seu texto reconhece-se a atividade filantrópica e da sociedade civil, a sua importante contribuição financeira e não financeira e a flexibilidade e a capacidade de inovação.

A União Europeia e a estratégia de desenvolvimento 2020

A inovação é um conteúdo incluído nos objetivos de crescimento económico e de emprego na Estratégia Europeia 2020. Esta estratégia propõe-se atingir um crescimento inteligente, através de investimentos eficientes em educação, investigação e inovação, sustentável graças ao impulso decidido a numa economia baixa em carbono, e integrador, que ponha a tónica na criação de emprego e na redução da pobreza. A estratégia foca-se em cinco ambiciosos objetivos nas áreas de emprego, inovação, educação, redução da pobreza e mudanças climáticas/energia.

Como se pode observar, aborda a inovação de uma maneira similar à que se aborda a agenda 2030 da ONU. A inovação, em relação ao cumprimento dos objetivos propostos na estratégia, envolve não só os governos como também as empresas, sindicatos, organizações não-governamentais, autoridades locais e a cidadania em geral. Resgatando a importância da troca de boas práticas, a avaliação comparativa e a criação de redes, que já foram avaliadas como ferra-

mentas úteis para criar um sentimento de envolvimento e dinamismo em torno da necessidade de reformas.

A inovação, referem diversos documentos da UE, pode ajudar a promover o crescimento inclusivo, a lutar contra a pobreza, a garantir o sucesso da transição para uma economia verde e a implementar a iniciativa da UE da Garantia Juvenil.

«a gestão e o desenvolvimento sustentáveis do meio urbano são fundamentais para a qualidade de vida dos nossos povos»

A Inovação Social na perspectiva das OSC Ibero-americanas

4

A SOCIEDADE CIVIL COMO FORÇA INOVADORA

Alain Tourien (1992) refere que há práticas sociais que se explicam pelo interveniente e não pela estrutura. Essa nova dinâmica aborda a articulação de uma grande quantidade e diversidade de exigências que se exprimem por fora dos partidos políticos tradicionais e dos seus relatos.

Já adiantado o século XX, diversos intervenientes sociais que conjugam novas exigências de grupos particulares e específicos (mulheres, jovens, ruralidade, urbanização, pobreza, povos originários, crianças, diversidade sexual, vítimas de tragédias e acidente, violações aos direitos humanos, defesa do ambiente, migrantes e outra grande quantidade de exigências) conseguiram ultrapassar as suas práticas e lutas, a hegemonia do sistema tradicional de resolução das tensões sociais, construindo novas formas de agir no conflito.

A sociedade civil (desde aquela distinção que Hegel fez entre Estado e Sociedade Civil, atravessando os diversos olhares oferecidos pelo marxismo e mais tarde por Gramsci) muda fortemente quando o Estado do Bem-estar se torna numa fratura social pronunciada e gera a neces-



Fotografía de familia do X Encontro Cívico Ibero-Americano, realizado em outubro de 2014 no México. © Governo do México.

sidade de novas mediações, novas formas de confrontação, de organização e comunicação, articulando as diferentes exigências. Configurando as organizações que surgem da sociedade civil como um campo de luta, um espaço ético diferenciado e um modelo de gestão e institucional específico e diverso.

O conceito de sociedade civil, diria Lechner (1994), refere-se primordialmente à relação sociedade-Estado, mas o seu uso recente pretende também chamar a atenção para as mudanças na própria sociedade. Propõe uma leitura crítica da estrutura social que emergiu na América Latina do ajuste das estruturas económicas.

Nesse sentido, a sociedade civil e as organizações que lhe vão dando forma e conteúdo são criadoras de formatos inovadores, diferentes dos tradicionais usados pelos partidos políticos e pelos Estados.

ALGUMAS DEFINIÇÕES DESDE A IBERO-AMÉRICA

Uma das características atuais das organizações não-governamentais surgidas do seio da sociedade civil é a sua capacidade de articulação. A formação de redes, alianças, coordenadoras, agrupamentos a nível local ou de segundo e ter-

ceiro grau, com forte tendência para a regionalização e a internacionalização. Toda uma força das organizações, que consegue fortalecer e potenciar o trabalho individual e isolado que pode representar a experiência micro ou local.

A participação de um destacado conjunto de organizações, nucleadas por sua vez em redes mais amplas nos Encontros Cívicos Ibero-Americanos que funcionam como parte do processo das Cimeiras Ibero-Americanas, é um exemplo substancial do referido anteriormente.

A Liga Ibero-Americana, por exemplo, é uma rede que se propõe construir a equidade, com uma abordagem de direitos e participação cidadã para ultrapassar a pobreza e a exclusão social. Atualmente, como entidade de carácter privado, não lucrativa, nucleia 26 organizações de 18 países da Ibero-América, especializadas no desenvolvimento humano, social e comunitário.

Durante o X Encontro Cívico Ibero-Americano, realizado em outubro de 2014 no México, foi acordado estabelecer com a SEGIB um mecanismo de coordenação para propiciar a interlocução com os governos ibero-americanos. Entre outras coisas, as organizações da sociedade civil, plataformas nacionais e redes regionais da Ibero-América presentes registaram na Declaração que a Cimeira Ibero-Americana, como es-

paço de encontro e mecanismo de cooperação, está imersa na construção de uma nova fase que, à luz da sua própria história, procura gerar dinâmicas mais eficientes para a democratização e bem-estar nas nossas sociedades.

Foi referido que perante a persistência da desigualdade e da pobreza na região e o crescente desprestígio da política, é evidente o objetivo primordial de reestruturar os nossos pactos como nações, em torno da obtenção da igualdade e da equidade, e o fortalecimento de uma institucionalidade estatal, pública e garantia dos direitos e que o aprofundamento das nossas democracias, o fortalecimento da participação dos cidadãos e uma maior transparência e prestação de contas pelos governos continuam a ser tarefas fundamentais.

Considera-se que as Organizações da Sociedade Civil organizadas são e continuarão a ser uma fonte de Inovação Social em si mesma, geradora de pensamento crítico e facilitadora na construção de consensos e, nesse âmbito, que a inovação e ação social são bens de interesse público que devem ser promovidos pelo Estado e cultivados pela sociedade.

As organizações participantes reconheceram que a plataforma comum da educação transformadora, da cultura, da interculturalidade e da Inovação Social representam um enorme potencial para orientar a troca e a cooperação na comunidade ibero-americana.

E avança com uma consideração fundamental, a que reconhece que a Ibero-América é uma região rica em experiências de Inovação Social surgidas da sociedade civil, com uma grande variedade de abordagens, metodologias e conteúdos que procuram responder aos contextos específicos e às necessidades e aspirações dos

sujeitos sociais que as promovem. Por exemplo em soluções aplicadas ao ensino que procura reduzir as desigualdades. O X Encontro Cívico propôs “Reconhecer e apoiar o enorme potencial das inovações sociais da sociedade civil, destinando recursos para a sua sistematização, facilitar o seu escalamento e a sua inclusão nas políticas públicas”.

Oficina de La Antigua, Guatemala

Na cidade de La Antigua, durante o mês de novembro de 2015, as redes participantes do Encontro Cívico Ibero-Americano realizaram a oficina “A Inovação Social no âmbito da juventude, da educação e do empreendimento”. Nesta atividade foi acordada a seguinte definição, partilhada e consensual, sobre a IS:

“Na Sociedade Civil ibero-americana, a Inovação Social é entendida como processo de e prática política social coletiva e transformadora que procura reduzir as desigualdades, promover a participação e a organização social, garantir o exercício dos direitos humanos e transformar-se em políticas públicas nos níveis locais, nacionais ou regionais”.

Entre os conceitos debatidos podem resgatar-se algumas das vozes e opiniões partilhadas em La Antigua, como a que aponta que a IS é: “Um processo ou conjunto de ações perante uma problemática social, no âmbito do exercício dos direitos humanos, que gera transformações e impacte, que é potencialmente replicável ou suscetível de se transformar em políticas públicas, graças a ter sido sistematizado, visibilizado (comunicado). É produto de um esforço coletivo, participativo e

de resignificação de práticas diversas”. Também que “Na sociedade civil é entendida de forma diferente de como o é para o mercado. Para nós é um processo ou prática político-social com potencial de se constituir como política pública e institucionalizar-se que promove: a participação e a organização social, o exercício de direitos da população e a diminuição das desigualdades”. Também se manifesta que a IS pode ser uma prá-

tica, ou uma concepção, que deve tender à institucionalização e um potencial de política pública. Deve garantir-se a participação cidadã e influenciar diferentes níveis como o local, regional, global, micro e macro.

“A Inovação Social no âmbito da juventude, da educação e do empreendedorismo. Reunião de acompanhamento dos Encontros Cívicos”, na cidade de La Antigua, Guatemala



Como o objetivo deste estudo é elaborar um documento facilitador e estimulador do debate, é preciso identificar neste ponto, face à vastidão do campo que se tem aberto diante dos nossos olhos, em que perspectiva vamos ler a IS.

A INOVAÇÃO SOCIAL

Esta configuração pretende construir-se a partir do olhar das Organizações da Sociedade Civil que estão no contexto ibero-americano e que sustentam uma prática institucional fortemente comprometida com a abordagem dos direitos humanos e a procura da inclusão dos setores mais vulneráveis da sociedade. Este é o ponto de partida para transitar, como diriam Tancredi e Rey de Marulanda (2010) por uma senda não observada pelos outros, tentando lançar luz sobre um campo teórico e prático para que as sociedades vejam novos caminhos para a solução de problemas.

A invocação da sociedade civil significa uma interpelação de novos intervenientes sociais e, como Lechner refere, podem distinguir-se duas perspectivas. Por um lado a abordagem liberalista, mais do que liberal, que considera a modernização como uma revolução silenciosa que liberta a iniciativa privada da tutela estatal e que oferece à liberdade individual todas as oportunidades de criatividade. Até a informalização da actividade económica é vista como um potencial de desenvolvimento empresarial. Fortalecer a sociedade civil significa, segundo esta interpretação, fazer da empresa privada o motor do desenvolvimento social. Num ponto de vista oposto, denominado comunitarista, a invocação da sociedade civil aponta, basicamente, para os

novos movimentos sociais. A reorganização da sociedade é interpretada em função do surgimento de formas renovadas de ação coletiva que integram novos pontos de vista e interesses. Em vez de identificar a sociedade civil com a sociedade de mercado destaca-se, pelo contrário, o desenvolvimento de redes de solidariedade que contrabalançam as forças do mercado.

Em ambas as perspectivas pode identificar-se o papel da IS. Para a primeira seriam todas aquelas ações ou processos científicos, tecnológicos, educativos, etc., que melhoram o processo da iniciativa privada, fortalecendo as partes desse motor que impulsiona o desenvolvimento.

Para a perspectiva comunitarista, onde situamos as organizações não-governamentais, sociais e comunitárias, podem identificar-se duas escolas de pensamento sobre o “fenómeno” da Inovação Social (Montgomery, 2016). Num recente estudo publicado na prestigiada revista da Sociedade Internacional para a Investigação do Terceiro Setor, *Voluntas*, este autor considera a existência de dois paradigmas contrapostos, o tecnocrático e o democrático. A escola tecnocrática, mais próxima de uma cosmovisão neoliberal, valoriza fundamentalmente o papel do especialista e a mobilização de tecnologias de governação, que não colocam em tensão a distribuição vertical do poder na sociedade, concentrando-se em tornar a intervenção inovadora mais eficaz e eficiente. Por outro lado, a escola democrática reconhece a participação das comunidades e percebe o conhecimento produzido dentro delas como de igual mérito ao dos “especialistas”, concebe a Inovação Social como uma ferramenta para politizar os espaços sociais e comunitários, desafiando a distribuição vertical de poder na sociedade, tentando substituí-las por alternativas horizontais.

Podemos, nesta altura, considerar a Inovação Social como um processo cuja originalidade radica no conjunto de ações coletivas que permitem tornar realidade uma mudança social específica ou a resolução de um determinado problema. Nesse sentido reconhecemos que a IS não é apenas uma parte do processo, não é apenas um resultado nem é apenas uma abordagem metodológica.

O motor da Inovação Social, nesta perspetiva, não se baseia só na vontade da organização, devendo dar-se uma série de condições contextuais e contar-se com uma série de capacidades e perspetivas. Tal como no enquadramento teórico se apontou que nem tudo o novo é inovador, podemos do mesmo modo afirmar que nem todas as instituições são inovadoras, embora a sua declaração de princípios e os seus objetivos estejam orientados para o bem comum e a inclusão social.

Nesse sentido podemos afirmar que, para haver IS, a primeira condição é que a instituição se consolide como dispositivo inovador, onde se alinhem ou tentem alinhar todos os seus recursos tangíveis e intangíveis em prol de uma transformação social. Usando mecanismos específicos para a sua realização, o que por sua vez deve estar num contexto ou ambiente institucional favorável para incidir não só no objeto de intervenção mas também nas políticas públicas que amplificam o seu potencial transformador.

AS ORGANIZAÇÕES COMO DISPOSITIVO INOVADOR

Um dispositivo⁴ é um conjunto heterogéneo que inclui qualquer componente linguístico e não linguístico de algo: discursos, edifícios, medidas, regras, missões e visões institucionais, organização, metodologias, relacionamento com o contexto e o ambiente, etc. Em si mesmo, o dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos.

Para o pensamento jurídico, o dispositivo é a parte da sentença, que decide, dispõe e executa; para a tecnologia é a forma como se dispõem as peças de uma máquina ou de um mecanismo, ou o próprio mecanismo; para a estratégia é o conjunto dos meios dispostos de acordo com um plano.

Em suma, um dispositivo é um conjunto de práticas e mecanismos que têm o fim de fazer face a uma situação e conseguir um efeito mais ou menos imediato. Um conjunto de práticas, de saberes, de medidas, de relações, de intervenientes, cujo fim é gerir, controlar e orientar num sentido que se pretende útil os comportamentos, os gestos e os pensamentos de homens e mulheres.

O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e inscreve-se numa relação de poder. Um dispositivo resulta, pois, do cruzamento entre relações de poder e relações de saber.

4 Para Agamben (2014), "Dispositivo" é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault. Em geral, costuma usá-lo principalmente a partir de meados dos anos setenta, quando começa a abordar aquilo que chamava a "governamentalidade" ou o "governo dos homens".

As nossas organizações são dispositivos, dado que reúnem todas estas condições e funcionam claramente no terreno descrito. Mas o que torna um dispositivo determinante é a sua práxis, a sua ação, a sua direcionalidade, que organiza e ordena todos os componentes por trás de uma prática constitutiva, identitária e intencional.

Uma organização, como dispositivo inovador, é a que consegue envolver nos processos em que está imerso os intervenientes e protagonistas, promovendo novos processos e mecanismos institucionais que atinjam a intersectorialidade e articulação, gerando maiores níveis de institucionalidade e de alcances nas estratégias propostas, para transformar a realidade.

A Matriz de Inovação Social 6

A definição de uma matriz permite a representação matemática e gráfica de dados obtidos a partir de diferentes métodos que é apresentada em forma de tabela de dupla entrada. Neste caso é o resultado de uma consulta virtual aleatória a um conjunto de OSC da região que trabalham nas temáticas da juventude, empreendedorismo e educação.

A matriz é composta por quatro componentes e estes estão desagregados em indicadores. Cada componente tem um peso relativo dentro da matriz, e cada um dos indicadores representa um valor relativo a cada componente. O resultado da soma de todos os valores relativos apresenta um índice de Inovação Social.

É importante salientar que esta matriz e os seus resultados são um exercício, uma proposta metodológica, que deverá ser comprovada numa amostra mais ampla, cujos dados deveriam ser recolhidos a partir de instrumentos mais rigorosos e complexos do que os usados para este trabalho. É uma matriz absolutamente perfeita e melhorável.

COMPONENTES

Os componentes que formam a matriz permitem desagregar a capacidade potencial das OSC para operar como dispositivos de IS em geral, mas particularmente em âmbitos de juventude, empreendedorismo e educação.

São identificados quatro componentes:

- 1 A força da organização
- 2 Os processos de aprendizagem
- 3 O contexto
- 4 Incidência e contributo para as políticas públicas

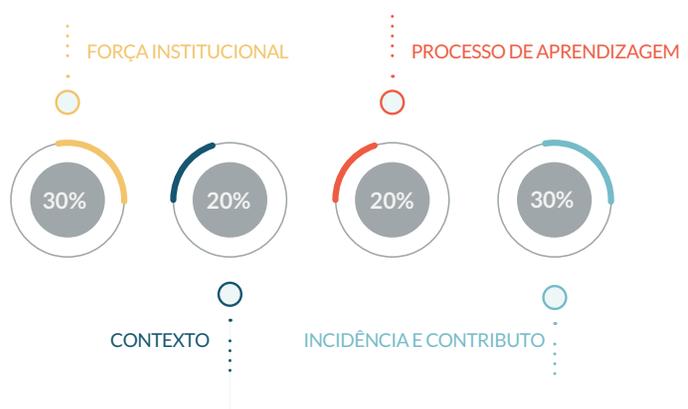


Ilustração 1.
Componentes da Matriz de Inovação Social

Como se pode observar na Ilustração 1, é atribuída a cada um dos componentes uma percentagem de valor de peso relativo em relação ao conjunto da matriz.

A Força Institucional

A força institucional apresenta as capacidades e condições que se observam numa organização para poder atingir os seus objetivos. Refere-se ao conjunto de ações sociais (acordos, comportamentos e experiências) que conferem à organização uma certa força interna e externa, o que lhe permite ser eficiente no seu meio social, político, económico e cultural⁵.

A força pode ser entendida como a combinação de diversos fatores: a estrutura da instituição (entendida como a dependência institucional, a relação de propriedade com o espaço físico ocupado e a existência ou não de personalidade jurídica); a origem dos fundos que sustentam a instituição, os níveis de articulação na gestão com os outros intervenientes que têm relevância e ingerência no seu âmbito de trabalho; a história da instituição, em termos de quantidade de anos desde a sua criação e a continuidade no tempo dos seus projetos e iniciativas. O equilíbrio adequado de recursos, ações e desenvolvimento de capacidades, somado à coerência e consistência entre missão, objetivos e projeto institucional, redundará numa maior força.

A abordagem de género, o olhar intercultural e intergeracional, a antiguidade na gestão, o nível de formalização institucional e a origem e as fontes de financiamento são determinantes nos casos que estamos a analisar.

5 De Aigoitia Guerrero, R. Márquez Chang, M.T. (2012). «Construyendo madurez institucional en las OSC». Pág. 8-20 México.

Contexto

Todas as intervenções sociais têm origem e desenvolvem-se num contexto social, cultural, político, económico e institucional. Esse contexto costuma ser o que dá origem não só aos projetos e às iniciativas como às próprias instituições. Diferentes contextos, evidenciados em diferentes momentos da história recente, foram promotores do surgimento de milhares de organizações sociais, comunitárias e não-governamentais. Cada fase da história das últimas décadas foi promotora do aparecimento de novas camadas de Organizações da Sociedade Civil.

O local, nesta concepção do desenvolvimento, não se baseia apenas no espaço geográfico e nos seus diferentes níveis administrativos (municipal, provincial, nacional) mas também nos espaços determinados pelas práticas sociais. O que consideramos como nível local coincide então com a ideia de espaço público, incluindo no mesmo desde os movimentos sociais até às redes mais informais e menos consolidadas e organizações de iniciativa local.

É dentro deste espaço que intervenientes locais adquirem um peso especial e as redes locais atingem dimensão e possibilidades sobre a base de acordos específicos e espaços de participação, colaboração e diálogo.

Pensar o âmbito do local como um tecido permite olhar para jogos de atores com diferentes bases territoriais mas com uma mesma legitimidade democrática. Tanto a estrutura do tecido como as interações que surgem entre os atores afetam a qualidade dos serviços de atendimento integral, bem como a eficiência da sua aplicação.

Algo que caracteriza o local é que as pessoas que habitam e que participam nesse território podem ter trocas quotidianas, embora não as tenham necessariamente. A relação esporádica ou casual entre pessoas que vivem em cidades diferentes não é local, mas são locais as relações planejadas e promovidas que surgem entre diferentes organizações e intervenientes da comunidade e entre pessoas de comunidades diferentes.

O local leva a envolver tanto aspetos económicos como culturais (Arocena, 1995): “Um território com determinados limites é então sociedade local quando é portador de uma identidade coletiva expressa em valores e regras interiorizadas pelos seus membros e quando modifica um sistema de relações de poder constituído em torno de processos locais de geração de riqueza”. Dito de outra forma, “uma sociedade local é um sistema de ação sobre um território limitado capaz de produzir valores comuns e bens geridos localmente”.

O contexto também inclui as condições de vida em que se desenrolam as pessoas habitantes de um determinado espaço territorial, com tudo o que isso significa.

Para poder gerar processos que estejam racional e logicamente ligados ao contexto em que se desenvolvem, é preciso considerar a capacidade de incluir nas práticas institucionais processos de diagnóstico local participativo, uma forte ligação com o território, a integração de redes locais, regionais, nacionais e internacionais, a pertinência da temática abordada e, se no contexto se puder identificar, a aplicação de políticas públicas ligadas à temática de trabalho da organização que respondam a organismos nacionais, subnacionais e locais.

A Inovação Social como processo de aprendizagem

A inovação não é simplesmente algo novo, nem tudo o que é novo resolve os problemas com que a sociedade se depara, e nem toda a inovação gera inclusão e transformação social. Na perspectiva que temos vindo a apontar, não há IS se não houver aprendizagem, um salto no conhecimento de e nas organizações. Inovar é apreender, apropriar-se dessa aprendizagem e usá-la eficientemente na resolução de problemas sociais definidos como prioritários para uma Organização da Sociedade Civil ou para uma entidade governamental.

Aprender implica a socialização, a implementação e a difusão de um novo produto ou procedimento (seja este tecnológico, organizacional, etc.) ou a sua melhoria significativa, bem como a sua apropriação por diferentes atores sociais (Finkelievich, 2012). É produto de um esforço coletivo, participativo e de ressignificação de práticas diversas.

A experiência gera sempre aprendizagem, mas se esta aprendizagem for apropriada pela organização e os intervenientes envolvidos, for divulgada e replicada noutros âmbitos e noutros contextos, mas fundamentalmente se for promovida na incidência ou diretamente como contributo para a política pública, atingindo um processo de transformação.

Um dos aspetos centrais do processo inovador é, além da circulação de ideias e informação, a sua conservação como conhecimento, para poder construir sobre essa massa crítica conhecimentos maiores e mais inovadores. É conceber a inovação como um processo social e interativo baseado no conhecimento, que influencia o so-

cial a nível cognitivo, organizacional e económico.

Encontramos aqui uma das pontes que comunicam a inovação com a transformação social.



Ilustração 2.
A Inovação Social na perspectiva das Organizações da Sociedade Civil.

A Inovação Social é um processo com pretensões de incidir e contribuir para a política pública

Por mais “criativa” ou “inovadora” que seja uma experiência de alguma das nossas organizações, não a poderíamos considerar como “socialmente inovadora” se não se propuser incidir sobre âmbitos e contextos mais amplos do que aquele que a própria organização atingir.

Isto implica que, dentro do ciclo de implementação, se inclua a geração de processos de incidência ou de trabalho colaborativo com os diferentes níveis do Estado, seja local, provincial ou nacional. Isto é, com a possibilidade de se articular com o Estado e transformar-se em política pública.

O papel das organizações não-governamentais tem sido fundamental nos últimos anos, para a CEPAL, na implementação dessas iniciativas. Mas o trabalho realizado pelas instituições não consegue promover soluções de vasto impacto territorial e populacional. Para conseguir que este tipo de iniciativas chegue a grupos significativos da população, é preciso que tais empresas, uma vez avaliadas e testadas a diferentes escalas, possam ser expandidas. Isto dificilmente se consegue fazer sem a participação do Estado nos seus diferentes níveis. Também é certo que nem sempre se conta com a vontade, a disposição ou a decisão da parte do Estado deste tipo de envolvimento.

É também importante considerar a participação ativa do setor privado e empresarial na procura de soluções aos problemas que afetam os mais pobres. Pode identificar-se num trabalho coordenado com as ONG e o Estado, ou apenas com as ONG, lá onde o Estado não assume as estratégias inovadoras empreendidas.

A incidência dá-se quando o processo de inovação promovido numa organização é apresentado e promovido como uma opção válida a ser tida em conta pelos vários níveis do Estado sem se transformar em política pública. E o contributo surge quando o processo de inovação promovido na organização é apropriado ou tido em consideração ou assumido pelos diferentes níveis de Estado na aplicação de políticas públicas. Um dos grandes desafios da IS no espaço ibero-americano é a escalabilidade e a réplica criativa, reconhecendo e respeitando os diferentes contextos nacionais.

É aqui que se estende a ponte. Dado que, além de comunicar as práticas inovadoras com a transformação social, provoca a tentativa e a

vontade de contribuir para a melhoria e a inovação das práticas estatais. -

Também se deve ter em conta que um processo socialmente inovador, que devido a fatores alheios à sua vontade, a decisões políticas, a conflitos de poder, à fragilidade das organizações ou à incapacidade da gestão estatal, pode não acabar por se transformar em Política Pública e continua a ser inovador com potencial de contribuir para a transformação social. É por isso que a divulgação e as transferências das experiências entre as Organizações da Sociedade Civil são particularmente relevantes, uma vez que uma experiência inovadora pode gerar transformações sociais em contextos institucionais mais favoráveis ou recetivos.

Encontro de Juventudes e Trabalho. Argentina



Indicadores

1

Força Institucional

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	PONDERAÇÃO INDICADOR	PONDERAÇÃO COMPONENTE
1.1 Perspetiva de direitos humanos	Aplica-se à perspetiva de direitos humanos na conceção e na implementação das iniciativas	Sim = 0,6 Não = 0	20%	3
1.2 Perspetiva de género, intercultural, intergeracional	Aplica-se a perspetiva intercultural e/ou intergeracional na conceção e na implementação das iniciativas	Sim = 0,6 Não = 0	20%	3
1.3 Antiguidade na gestão	Desenvolveu a atividade durante muito tempo ou é recente	Anos < 5 = 0,2 10 > Anos > 6 = 0,4 Anos > 11 = 0,6	20%	3
1.4 Nível de formalização	Está constituída legalmente	Sim = 0,6 Não = 0	20%	3
1.5 Financiamento	Possui financiamento diversificado que garanta a sua sustentabilidade	1 fonte = 0,2 2 fontes = 0,4 3 fontes ou + = 0,6	20%	3

2

Contexto

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	PONDERAÇÃO INDICADOR	PONDERAÇÃO COMPONENTE
2.1 Diagnóstico local	Desenvolvem um diagnóstico local participativo com os diversos agentes do programa ou iniciativa	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
2.2 Vínculo com o território	Trabalha num espaço territorial urbano ou rural em contexto de pobreza	Contexto pobreza : 0,4 Contexto pobreza + outros contextos: 0,3 Não : 0,2	20%	2
2.3 Redes institucionais	Participa em redes institucionais que a relacionam com o seu contexto e/ou grupos de interesse	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
2.4 Pertença temática	A instituição trabalha em temas relacionados com a juventude, educação e/o empreendedorismo	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
2.5 Políticas Públicas	No território há políticas públicas que abordem a questão da experiência ou do projeto	Sim = 0,2 Não = 0,4	20%	2

3

Processo de aprendizagem

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	PONDERAÇÃO INDICADOR	PONDERAÇÃO COMPONENTE
3.1 Sistematizada, documentada	Realiza uma sistematização das experiências que executa	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
3.2 Avaliada, medida	Realiza sistematicamente avaliações das suas iniciativas como prática institucional	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
3.3 Transferência intra-organizacional	Realizam-se ações de capacitação e/ou reflexão internas sobre os resultados das iniciativas efetuadas	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
3.4 Difundida / visibilizada	Contempla nas suas atividades capacitação para os diversos agentes do programa/experiência	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2
3.5 Capacitação dos diversos agentes	Contemplam-se atividades de capacitação para os diversos agentes do programa/experiência	Sim = 0,4 Não = 0	20%	2

4

Incidência e contribuição

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	PONDERAÇÃO INDICADOR	PONDERAÇÃO COMPONENTE
4.1 Potencial de se tornar numa política pública	As iniciativas têm por objetivo explícito incidir nas políticas públicas	Explícito (na formulação): 0,75 Implícito (não está expresso na formulação): 0,5 Não é proposto: 0	25%	3
4.2 Incidências nas Políticas Públicas	As suas iniciativas foram consideradas experiências piloto de programas nacionais	Sim: 0,75 Nalgumas questões específicas: 0,05 Não: 0	25%	3
4.3 Contribuição para as Políticas Públicas	Participou institucionalmente na conceção de PP a partir de alguma das experiências executadas	Sim = 0,75 Não = 0	25%	3
4.4 Cooperação local, nacional e internacional	Foi possível articular com experiências semelhantes a nível local, nacional e internacional	Sim (aos três níveis): 0,75 Sim (nacional e local): 0,5 Sim (local): 0,2	25%	3

A AMOSTRA EM ESTUDO

Este estudo focou-se em algumas organizações da sociedade civil ibero-americana e no seu potencial para operarem como dispositivos de Inovação Social, gerando transformações significativas na realidade dos grupos alvo com que trabalha.

Para recolher a informação que fundamenta as conclusões deste estudo, foi aplicado um inquérito a diversas OSC ibero-americanas, que foram enviadas eletronicamente por representantes da Liga Ibero-Americana.

As OSC podiam completar o questionário para cada uma das experiências que quisessem partilhar, o que enriqueceu a análise e a informação recolhida, sem prejuízo do anterior e para ser coerentes com o foco nas organizações, para aquelas que apresentaram mais de uma iniciativa agruparam-se os diferentes antecedentes apresentados, com o objetivo de fazer uma avaliação da organização no seu conjunto.

Este instrumento recolheu informação de 30 iniciativas desenvolvidas por 25 organizações em 12 países ibero-americanos.

Nº	País	Nº OSC por país	Nº de Iniciativas por país
1	Argentina	2	5
2	Bolívia	3	3
3	Brasil	2	2
4	Chile	1	2
5	Colômbia	2	2
6	Equador	1	1
7	El Salvador	1	1
8	Espanha	1	2
9	Guatemala	1	1
10	México	9	9
11	Portugal	1	1
12	República Dominicana	1	1
Total geral		25	30

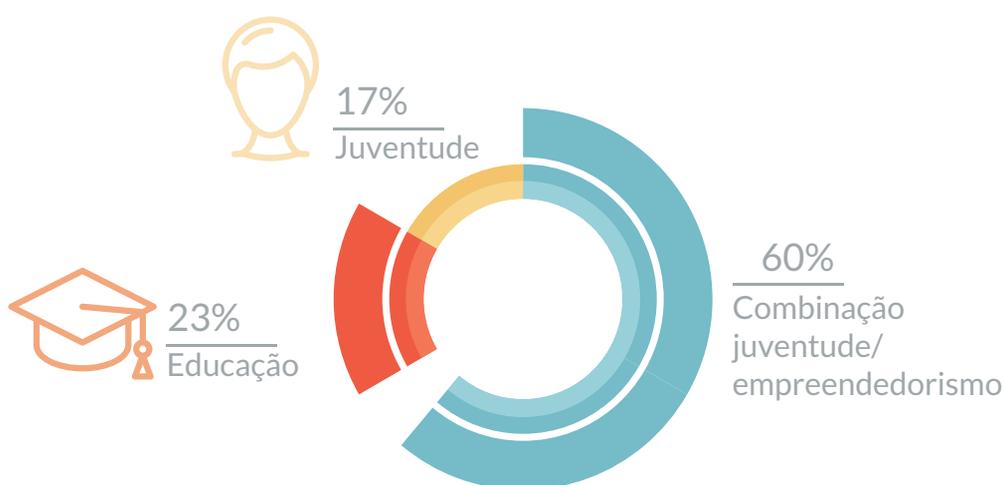
A maioria destas OSC desenvolve o seu trabalho dentro dos respetivos territórios nacionais, à exceção de quatro:

- Fundación SES (Argentina)
- Cáritas (México)
- Fundación Imagen (Bolívia)
- Fundación Esplai (Espanha)

Têm em média 19 anos de funcionamento, sendo a mais antiga de 1947, a Acción Cultural Popular – ACPO da Colômbia, e a de mais recente fundação, no ano de 2014, Educación y Ciudadanía A.C. do México.

Das 30 iniciativas em estudo, 5 têm como eixo temático exclusivo a juventude e 7 a educação, das 18 iniciativas restantes as temáticas trabalhadas são uma combinação de juventude, educação e empreendedorismo, onde a temática juventude é a mais desenvolvida pelas OSC em estudo com 21 iniciativas em combinação com alguma das outras temáticas, seguida pela educação com 15 iniciativas que trabalham este âmbito e por fim o empreendedorismo, que se desenvolve em 8 iniciativas.

TEMAS ABORDADOS PELOS PROJETOS INQUIRIDOS



As organizações participantes neste estudo apresentam traços comuns em relação à sua missão institucional, partilham objetivos bem como abordagens e estratégias de intervenção.

Uma das principais coincidências é a relação com a promoção e defesa dos direitos sociais, económicos e culturais, principalmente das crianças e jovens, com o fim de alcançar a sua inclusão social melhorando assim a sua qualidade de vida.

Para tal, desenvolvem as suas iniciativas na abordagem dos direitos e de género.

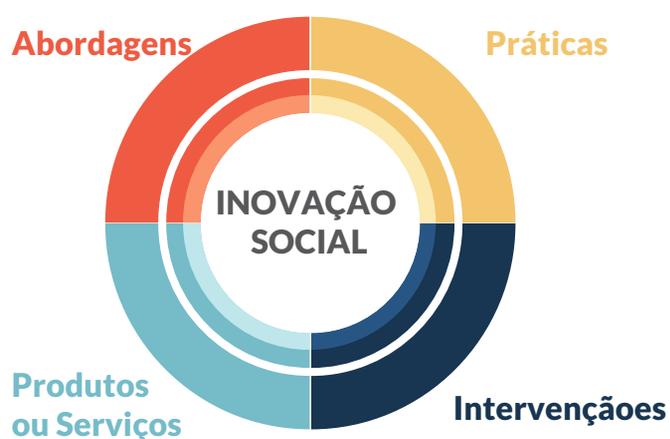
Outro dos traços comuns que estas OSC partilham são os motivos da sua fundação. Observa-se que crises de diferente natureza mobilizam vontades de indivíduos e organizações para se consolidarem como um instrumento de transformação da realidade para exigir soluções e/ou lidar com as necessidades sociais não satisfeitas

pelas vias institucionais, surgindo assim o contexto político e económico como os principais detonadores do surgimento deste tipo de organizações.

Embora este estudo não tivesse pretensões de ser estatisticamente representativo da realidade de todas as OSC ibero-americanas, o número de respostas e a sua cobertura territorial permitem ter uma primeira aproximação sobre as experiências de Inovação Social implementadas por este tipo de organizações na região ibero-americana⁶.

A inovação vista das OSC ibero-americanas

As OSC ibero-americanas participantes neste estudo respondem em coerência com o contexto teórico desenvolvido. Podemos observar que estas implementam de facto Inovações Sociais⁷.



⁶ No Anexo 2 pode encontrar-se uma lista das organizações que participaram no estudo.

⁷ É usada a definição entregue por Bouchard, 1999.

No processo do estudo foi pedido às mesmas organizações para definirem porque consideravam as suas iniciativas como experiências inovadoras.

Mais abaixo são apresentadas algumas observações das organizações classificadas pelos diferentes elementos que compõem a IS:

ABORDAGENS

“Aplicação de modelos que facilitam que os jovens desenvolvam aprendizagens que os capacitam para localizar oportunidades de integração, permanência e desenvolvimento no mundo profissional, e são postos em contacto com atores social capazes de promover a sua inserção profissional, terão maiores possibilidades de trabalhar em condições dignas”

“Porque os municípios têm centros onde atendem as crianças, no entanto, falta a componente de integralidade que o nosso projeto e o nosso Centro proporciona às crianças, razão pela qual consideramos ser um modelo de atenção e cuidado da infância principalmente vulnerável”

“O uso significativo das TIC para o desenvolvimento rural e a construção de uma verdadeira cidadania rural”

“As experiências permitiram também desenvolver e experimentar em diferentes contextos e com uma população adolescente e jovem diversa as metodologias de inclusão educativa e social, o que facilitou a sua transferência para o Estado a médio prazo”

“As experiências permitiram visualizar as problemáticas de atraso escolar e exclusão económica e social, e integrá-las nas agendas de política pública do governo nacional e dos governos locais. Neste sentido as experiências responderam a lacunas na política pública para esta população”

Promove-se a igualdade salarial entre homens e mulheres à igualdade de categoria profissional

Foi impulsionado o empreendedorismo empresarial em setores vulneráveis

PRÁTICAS

“Pela possibilidade de construção de redes e do trabalho associado, tanto a nível local como regional e internacional”

“Pela dimensão internacional que algumas experiências tomaram”

“Permitiu gerar novos vínculos entre os participantes”

“As experiências são inovadoras porque conseguiram articular num só esforço recursos técnicos e económicos de organismos públicos, empresa privada, organismos de cooperação e organizações sociais”

“É uma Inovação Social na medida em que se observou que o investimento, tanto monetário como metodológico, gerou uma mobilização de recursos ao mesmo tempo monetários e metodológicos locais que de certa maneira estavam latentes”

“Uma metodologia participativa e vivencial que envolve e desafia os estudantes, atenuando os riscos de absentismo escolar, um dos grandes desafios da escola secundária no país”

“A plataforma de alianças intersectoriais é uma inovação no sentido de procurar a criação de uma política pública que envolve o setor público, o setor privado e a cooperação internacional, ultrapassando a visão política do governo”

INTERVENÇÕES

“Oferece novas alternativas para os e as jovens em diversas situações e onde as próprias juventudes tomam o controlo da mudança que desejam impulsionar (em conflito com a lei penal, jovens em condições de vulnerabilidade, mulheres jovens, empreendedorismo, jovens em contexto rural)”

“A Inovação Social é percebida quando é dada a oportunidade a todas as juventudes de todas as regiões do país para se tornarem protagonistas da sua própria história, com trabalho, rendimentos e formação integral através de uma rede interinstitucional com mais de 150.000 jovens atendidos/as em 20 anos”

“As experiências permitiram desenvolver e experimentar em diferentes contextos e com uma população adolescente e jovem diversa as metodologias de inclusão educativa e social, o que facilitou a sua transferência para o Estado a médio prazo”

“A integração de mulheres jovens em condições de vulnerabilidade num contexto de respeito e inclusão, onde melhorou notavelmente a autoestima, a autonomia e as capacidades, tomar decisões, planear um projeto de vida, tornarem-se presentes e ativas no cenário público como sujeito social e melhorar notavelmente a geração de rendimentos económicos”

“É uma resposta concreta e ágil aos fossos que subsistem entre os processos de formação e o mercado de trabalho, sendo o projeto de intermediação e permanência o único a gerar o processo de incorporação, a ter evidências e a mostrar às próprias famílias o efeito a nível socioeconómico”

PRODUTOS OU SERVIÇOS

“Permitiu experimentar em novas tecnologias didáticas (para a compreensão de novas temáticas, no atendimento personalizado; na avaliação de processos individuais e coletivos; para melhorar a relação nas salas de aula e, portanto, as aprendizagens; para ligar a escola à comunidade, articulando esforços com instituições aliadas que favorecem a transformação social”

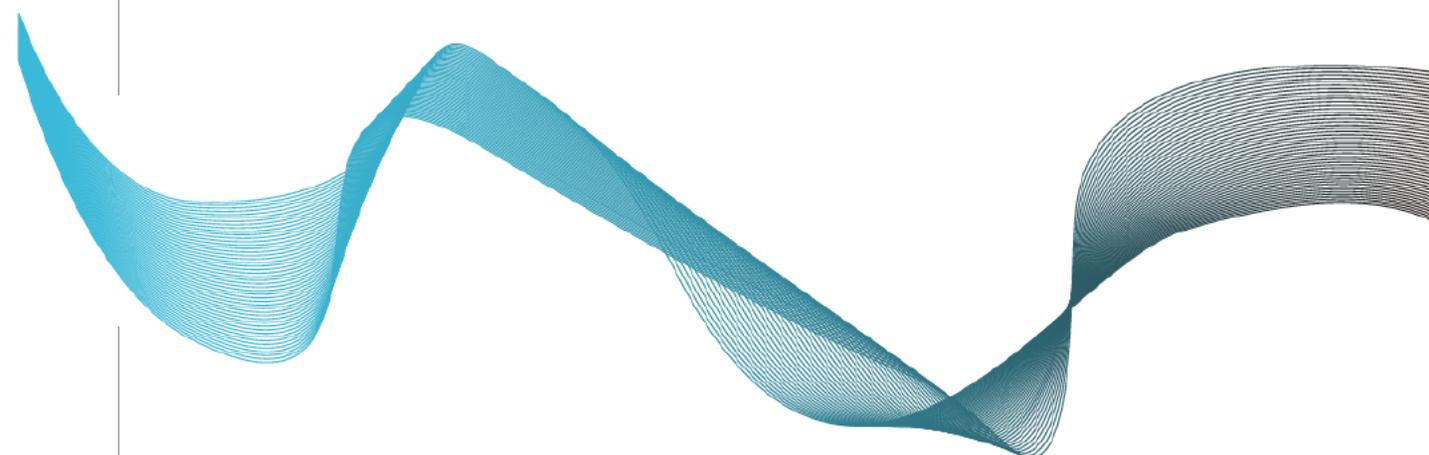
“Permitiu produzir materiais didáticos e de divulgação inovadores”

“Permitiu-nos propor-nos novos limites e liberdades como equipa para criar e trabalhar juntos, propor uma linguagem audiovisual não tão óbvia e foi o primeiro passo para incluir os produtos comunicativos em projetos sociais”

“Integrar no plano de estudos o desenvolvimento das capacidades socioemocionais é um dos principais desafios que o ensino secundário enfrenta”

“É uma resposta concreta e ágil aos fossos que subsistem entre os processos de formação e o mercado de trabalho, sendo o projeto de intermediação e permanência o único a gerar o processo de incorporação, a ter evidências e a mostrar às próprias famílias o efeito a nível socioeconómico”

“Permite a ligação entre os dois principais problemas que afetam os jovens: o ensino secundário e o mundo do trabalho”



Jovens participantes na Semana pelos Direitos da Juventude. Catalunha. Espanha



Estudantes da Universidade Autónoma de Guadalajara. México.

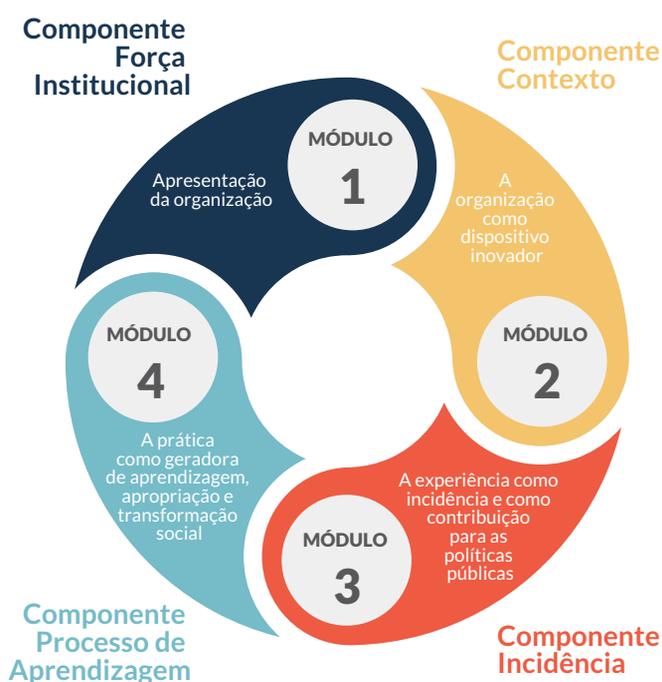


8

Matriz aplicada



Do ponto de vista do conteúdo e em coerência com o contexto teórico e as definições descritas no desenvolvimento deste estudo, o inquérito foi dividido em 4 módulos ligados aos 4 componentes da matriz definidos previamente, que saber:



Estes módulos procuraram recuperar os antecedentes ligados aos componentes da matriz para a Inovação Social na juventude, empreendimento e educação proposta neste estudo.

Uma vez definidos os componentes e os indicadores procedeu-se a filtrar-se a matriz com a informação carregada pelas organizações que responderam ao inquérito. Das 25 organizações foram consideradas 24, dado que uma não conseguiu proporcionar a informação requerida para a análise organizacional. Os resultados são apresentados por componente e posteriormente os resultados finais.

PONDERAÇÃO DA MATRIZ E ÍNDICE

Para ponderar o resultado do instrumento proposto neste estudo (matriz) foram valorizados os indicadores segundo a importância relativa que estes têm dentro de cada componente; desta maneira é possível efetuar uma análise agregada e por sua vez individual através do índice apresentado pela matriz. Este índice mostra a capacidade da OSC para operar como dispositivo de Inovação Social, o que se encontra entre os valores 1 (menor) e 10 (maior).

Índice de Inovação Social

9

Para efeitos da análise global das OSC participantes neste estudo, foram definidas 3 categorias:



Representam aquelas organizações que atingem um nível de «muito alto» no cumprimento do indicador de índice de Inovação Social proposto, isto é, são aquelas que estão em condições de implementar e incidir com as suas iniciativas em transformações sociais à escala local, nacional e internacional



Representam aquelas organizações que apresentam um alto potencial de desenvolvimento de experiências inovadoras a nível local e nacional, transformando a realidade dentro do seu espaço de ação. Com algumas limitações para incidir nas políticas públicas nacionais.



Representam aquelas organizações que, tendo a capacidade de implementar iniciativas a nível local, têm um espaço de incidência limitado no âmbito das políticas públicas.

Mais abaixo são mostrados os resultados obtidos da análise da informação disponível: **Componente 1:** Força Institucional. **Componente 2:** Contexto. **Componente 3:** Processo de Aprendizagem. **Componente 4:** Incidência.

Ordem por pontuação final	Comp_1	Comp_2	Comp_3	Comp_4	Total	Categoria
1	3	2	2	3	10,0	A
2	3	1,7	2	3	9,7	A
3	3	1,7	2	3	9,7	A
4	3	1,7	2	3	9,7	A
5	3	1,8	2	2,75	9,6	A
6	3	1,8	2	2,75	9,6	A
7	2,6	1,8	2	3	9,4	A
8	3	2	1,6	2,75	9,4	A
9	3	1,8	2	2,5	9,3	A
10	3	1,8	2	2,5	9,3	A
11	3	2	2	2,25	9,3	A

Ordem por pontuação final	Comp_1	Comp_2	Comp_3	Comp_4	Total	Categoria
12	3	1,4	2	2,5	8,9	B
13	2,8	2	2	2	8,8	B
14	3	1,8	2	1,5	8,3	B
15	3	1,8	2	1,25	8,1	B
16	2,8	1,9	2	1,25	8,0	B
17	3	1,9	1,6	1,25	7,8	B
18	2,8	1,8	2	0,75	7,4	B
19	2,6	1,5	2	1,25	7,4	B
20	2,8	1,8	2	0,5	7,1	B

Ordem por pontuação final	Comp_1	Comp_2	Comp_3	Comp_4	Total	Categoria
21	2,2	1,6	1,6	1,5	6,9	C
22	3	1	1,2	1,5	6,7	C
23	3	1,4	1,6	0,5	6,5	C
24	2,6	1,6	0,8	1,25	6,3	C

PONTUAÇÃO MÉDIA	2,9	1,7	1,9	2,0	8,4
% CUMPRIMENTO	96%	87%	93%	66%	84%

NÚMERO DE PROJETOS POR CATEGORIA

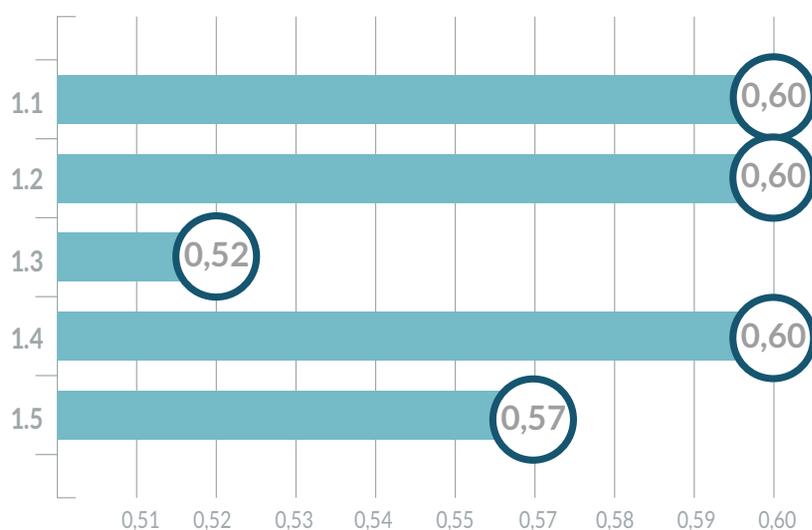


Como se observa nos resultados, 46%, onze das OSC, correspondem à categoria A, que as define como dispositivos institucionais com muito alta capacidade de Inovação Social. Por um lado, quatro das OSC correspondentes à categoria B, que equivalem a 38% da amostra, são organizações que lidam com determinados obstáculos e/ou limitações internas ou de contexto para incidir nas políticas públicas, mas possuem um alto potencial de transformação social no espaço local. A categoria C inclui seis OSC, que representam 17% do total, apresentam uma baixa capacidade de incidência mas mantêm capacidade de implementar iniciativas inovadoras a nível territorial.

COMPONENTE 1. FORÇA INSTITUCIONAL

Dados recolhidos

Indicador	Valores	Ponderação
1.1 Perspetiva de direitos humanos	Sim=0,6 Não= 0	20%
1.2 Perspetiva de género, intercultural inter-geração	Sim=0,6 Não=0	20%
1.3 Antiguidade na gestão	Años<5=0,2 10>años>6=0,4 Años>11=0,6	20%
1.4 Nível de formalização	Sim=0,6 Não=0	20%
1.5 Financiamento	1 fonte=0,2 2fontes=0,4 3 fontes ou +=0,6	20%



PONTUAÇÕES MÉDIAS POR INDICADOR DO COMPONENTE FORÇA INSTITUCIONAL

Ordem por percentagem	COMPONENTE 1 (Força Institucional)					
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	TOTAL
1	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
2	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
3	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
4	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,2	2,6
8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
9	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
10	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
11	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
12	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
13	0,6	0,6	0,4	0,6	0,6	2,8
14	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
15	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
16	0,6	0,6	0,4	0,6	0,6	2,8
17	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
18	0,6	0,6	0,4	0,6	0,6	2,8
19	0,6	0,6	0,2	0,6	0,6	2,6
20	0,6	0,6	0,4	0,6	0,6	2,8
21	0,6	0,6	0,2	0,6	0,2	2,2
22	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
23	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3
24	0,6	0,6	0,2	0,6	0,6	2,6
Média	0,60	0,60	0,52	0,60	0,57	2,88
% Cumprimento	100%	100%	86%	100%	94%	96%

PONTUAÇÕES POR OSC PARA O COMPONENTE FORÇA INSTITUCIONAL

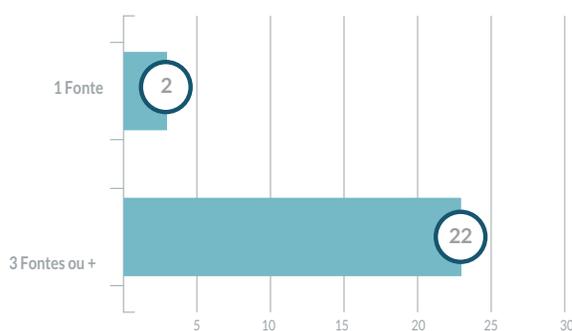
Análise do componente

O componente 1, Força Institucional, obtém no agregado um valor de 2,88 pontos em média sobre um máximo de 3, o que equivale a 96% de cumprimento.

Para este componente os valores individuais transitam entre um mínimo de 2,2 sobre 3 e um máximo de 3 sobre 3. Em termos gerais, observa-se que **67% das OSC participantes no estudo se classificam no mais alto nível de cumprimento deste componente**, com um total de 3 sobre 3 (16 OSC). Pelo seu lado, **apenas uma instituição se classifica na faixa mais baixa com 2,2 pontos de cumprimento**, o que equivale a apenas 4% desta amostra.

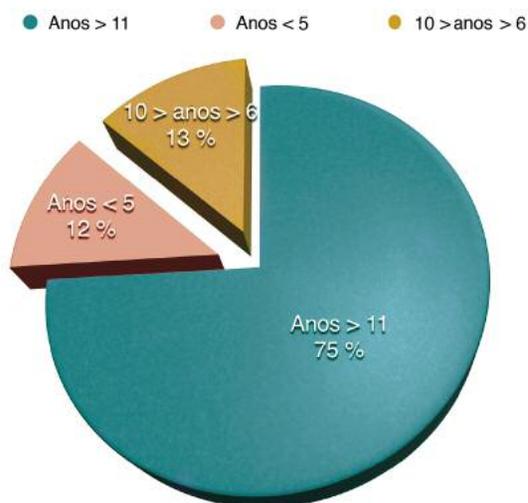


Relativamente à antiguidade, observa-se que 75% das OSC possuem mais de 11 anos de experiência nos respetivos âmbitos de intervenção. Porém, é preciso referir que ser uma organização “jovem” não é um ponto fraco em si mesmo, pelo contrário, pode transformar-se numa vantagem para desenvolver iniciativas inovadoras da perspetiva social.



Ora bem, uma análise mais pormenorizada por subcomponentes mostra-nos que todas as organizações estão formalizadas, isto é, que contam com personalidade jurídica e reconhecimento estatal formal, e que desenvolvem as suas iniciativas numa abordagem de direitos, de género, intercultural e intergeracional.

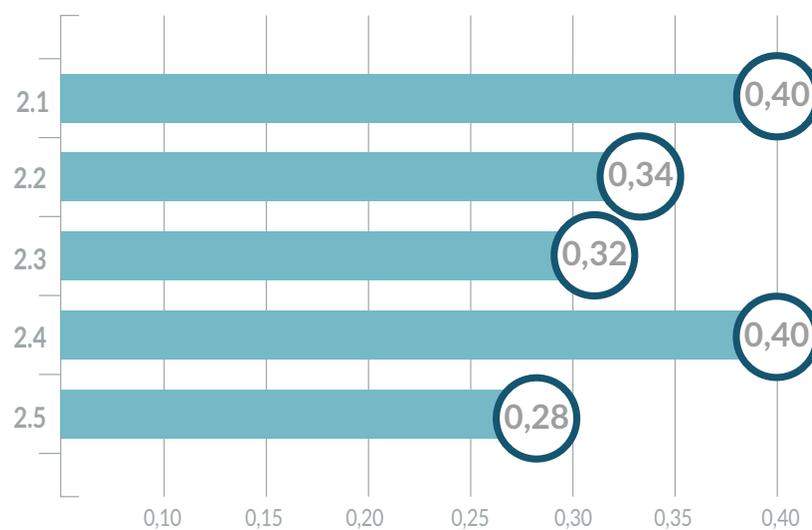
Embora não seja possível asseverar a sustentabilidade financeira das OSC em estudo, pelo menos é possível observar o cumprimento de premissas básicas como a diversidade de fontes de recursos para financiar as suas atividades, mais de 90% possuem 3 ou mais fontes de financiamento.



COMPONENTE 2. CONTEXTO

Dados recolhidos

Indicador	Valores	Ponderação
2.1 Diagnóstico local	Sim=0,4 Não= 0	20%
2.2 Vínculo com o território	Contexto de pobreza: 0,4 Contexto de pobreza + outros contextos: 0,3 Não: 0	20%
2.3 Redes institucionais	Sim=0,4 Não=0	20%
2.4 Pertença temática	Sim=0,4 Não=0	20%
2.5 Políticas Públicas	Não=0,4 Sim=0,2	20%



PONTUAÇÕES MÉDIAS POR INDICADOR DO COMPONENTE DE CONTEXTO

Ordem por percentagem

COMPONENTE 2 (Contexto)

	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	TOTAL
1	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
2	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,7
3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,7
4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,7
5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
9	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
10	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
11	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
12	0,4	0,4	0	0,4	0,2	1,4
13	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
14	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
15	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
16	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	1,9
17	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	1,9
18	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
19	0,4	0,3	0	0,4	0,4	1,5
20	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8
21	0,4	0	0,4	0,4	0,4	1,6
22	0,4	0	0	0,4	0,2	1
23	0,4	0,4	0	0,4	0,2	1,4
24	0,4	0,4	0	0,4	0,4	1,6
Média	0,40	0,34	0,32	0,40	0,28	1,73
% Cumprimento	100%	85%	79%	100%	69%	87%

PONTUAÇÕES POR OSC PARA O COMPONENTE DE CONTEXTO

Análise

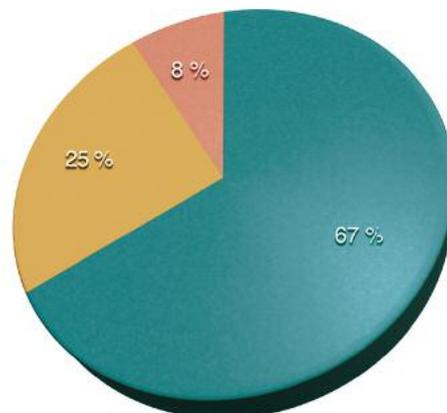
O componente 2, Contexto Institucional, obtém no agregado um valor de 1,73 pontos em média sobre um máximo de 2, o que equivale a 87% de cumprimento.

Dentro deste componente as pontuações individuais flutuam entre uma máxima de 2 sobre 2, e

uma mínima de 1 sobre 2. Como se observa no quadro seguinte, **96% das OSC em estudo obtêm mais de 70% de cumprimento no componente.** O que demonstraria um alto nível de ligação ao seu meio, reconhecendo tanto o contexto social como o institucional no qual desenvolve as suas atividades.



● Contexto de pobreza ● Contexto de pobreza + outros contextos ● Não

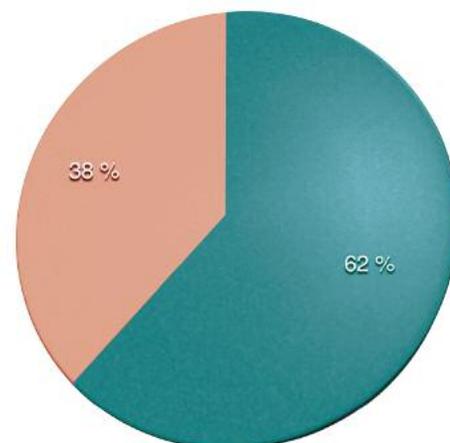


A análise por subcomponente mostra que todas intervêm nas áreas de juventude, educação e/ou empreendedorismo⁸, e que 100% realiza diagnóstico local participativo com os vários intervenientes envolvidos nas suas iniciativas. Esta forma de enfrentar os problemas sociais que procuram resolver concede-lhes, por um lado, legitimidade entre os intervenientes e, por outro, permite-lhes conhecer em profundidade as particularidades do problema incorporando diferentes olhares e alargando as possíveis soluções.

A maioria das OSC em estudo (92%) trabalha num espaço territorial em contexto de pobreza, aspeto que é uma das características mais recorrentes deste tipo de organizações. Considerando que a pobreza nas suas diversas manifestações é a principal responsável pela exclusão social de parte importante da sociedade.

Este trabalho, em geral, é desenvolvido pelas organizações e apoiado em redes institucionais que a vinculam ao seu meio e/ou grupos de interesse. 79% delas participa em algum tipo de redes. O que revelam um enorme valor que as OSC concedem ao trabalho articulado e à procura de respostas coletivas face às problemáticas que encaram e o diálogo com outros intervenientes nacionais e internacionais.

● Com existência de políticas públicas ● Sem existência de políticas públicas



⁸ Este resultado é o produto do viés favorável para organizações que trabalham esses âmbitos de intervenção.

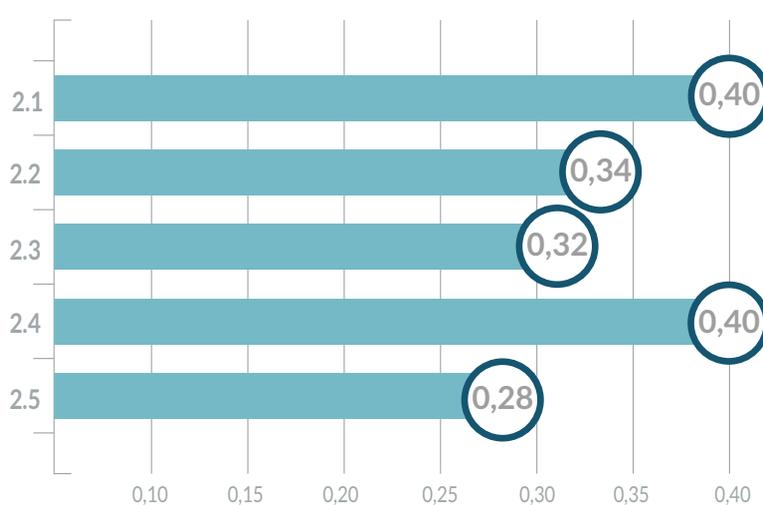
A existência ou inexistência de políticas públicas que abordem as temáticas que são desenvolvidas pelas OSC no mesmo território em que desenvolvem as suas atividades apresenta um desafio conceptual. Para este estudo, quando não são identificadas políticas públicas no mesmo âmbito, a intervenção da organização conta com um valor adicional na ponderação. Isto é apresentado deste modo ao considerar-se que se está a gerar inovação num campo fértil de intervenção pública.

COMPONENTE 3. PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dados recolhidos

Indicador	Valores	Ponderação
3.1 Sistematizada, documentada	Sim=0,4 Não= 0	20%
3.2 Avaliada, medida	Sim=0,4 Não: 0	20%
3.3 Transferência intra-organizacional	Sim=0,4 Não=0	20%
3.4 Difundida, visibilizada	Sim=0,4 Não=0	20%
3.5 Capacitação dos diversos agentes	Sim=0,4 Não=0	20%

PONTUAÇÕES MÉDIAS POR INDICADOR DO COMPONENTE DE APRENDIZAGEM



PONTUAÇÕES POR OSC PARA O COMPONENTE DE APRENDIZAGEM

Ordem por percentagem

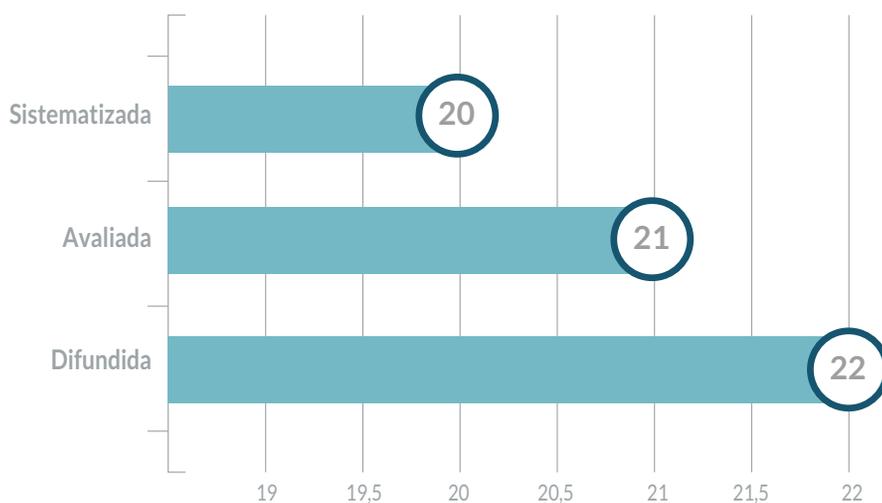
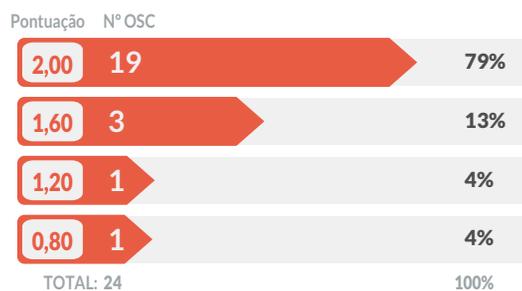
COMPONENTE 3 (Processo de aprendizagem)

	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	TOTAL
1	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
8	0,4	0,4	0,4	0	0,4	1,6
9	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
10	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
11	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
12	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
13	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
14	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
15	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
16	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
17	0	0,4	0,4	0,4	0,4	1,6
18	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
19	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
20	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2
21	0	0,4	0,4	0,4	0,4	1,6
22	0	0	0,4	0,4	0,4	1,2
23	0,4	0	0,4	0,4	0,4	1,6
24	0	0	0,4	0,4	0,4	0,8
Média	0,33	0,35	0,40	0,37	0,40	1,85
% Cumprimento	83%	88%	100%	92%	100%	93%

Análise

O componente 3, Processo de Aprendizagem, obtém no agregado um valor de 1,85 pontos em média sobre um máximo de 2, o que equivale a 93% de cumprimento.

O “Processo de Aprendizagem” como componente da matriz tem uma ponderação individual que oscila entre 0,8 sobre 2 e 2 sobre 2. A grande maioria, 19 do total, atinge o máximo da pontuação. Três atingem 1,6 e apenas dois casos obtêm menor pontuação, 1,2 e 0,8 respetivamente.



A sistematização, avaliação, visibilização e divulgação são fundamentais para expor os processos desenvolvidos. A sistematização atinge 16 sobre 19, avaliadas são 18 sobre 19 e com mecanismos de visibilização 17 no total.

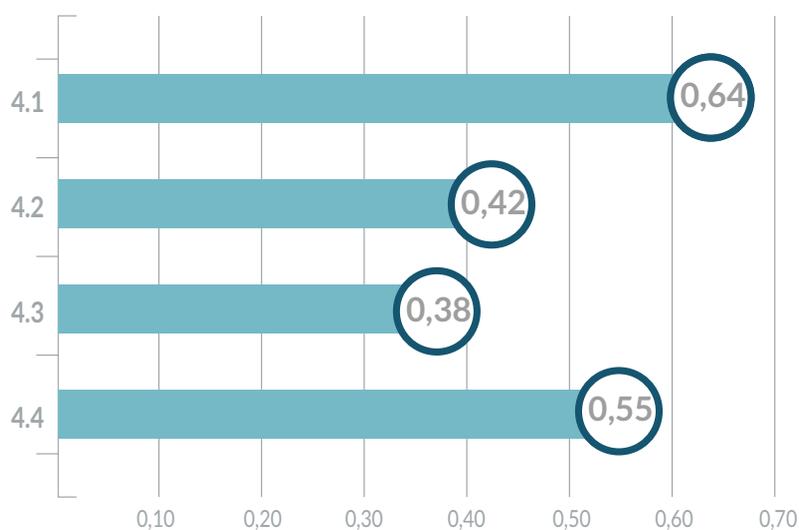
Por outro lado, os processos de capacitação, tanto internos como dos intervenientes ligados ao projeto ou experiência, atingem o total das organizações que responderam ao inquérito.

COMPONENTE 4. INCIDÊNCIA E CONTRIBUTO

Dados recolhidos

Indicador	Valores	Ponderação
4.1 Potencial para se tornar política pública	Explícito (na formulação): 0,75 Implícito (não está expresso na formulação): 0,5 Não se propõem: 0	25%
4.2 Incidência nas políticas públicas	Sim: 0,75 Em algumas questões específicas: 0,05 Não: 0	25%
4.3 Contribuição para as políticas públicas	Sim=0,75 Não=0	25%
4.4 Cooperação local, nacional e internacional	Sim (nos três níveis):0,75 Sim (nacional e local):0,5 Não=0,25	25%

PONTUAÇÕES MÉDIAS POR INDICADOR DO COMPONENTE DE INCIDÊNCIA E CONTRIBUTO



PONTUAÇÕES POR OSC PARA O COMPONENTE DE INCIDÊNCIA E CONTRIBUTO

Ordem por percentagem	COMPONENTE 4 (Incidência e contribuição)				
	4.1	4.2	4.3	4.4	TOTAL
1	0,75	0,75	0,75	0,75	3
2	0,75	0,75	0,75	0,75	3
3	0,75	0,75	0,75	0,75	3
4	0,75	0,75	0,75	0,75	3
5	0,75	0,75	0,75	0,50	2,75
6	0,50	0,75	0,75	0,75	2,75
7	0,75	0,75	0,75	0,75	3
8	0,75	0,75	0,75	0,50	2,75
9	0,50	0,75	0,75	0,50	2,50
10	0,50	0,75	0,75	0,50	2,50
11	0,75	0,75	0	0,75	2,25
12	0,50	0,75	0,75	0,50	2,50
13	0,50	0	0,75	0,75	2
14	0,50	0,50	0	0,50	1,5
15	0,50	0	0	0,75	1,25
16	0,50	0	0	0,75	1,25
17	0,75	0,50	0	0	1,25
18	0,75	0	0	0	0,75
19	0,50	0	0	0,75	1,25
20	0,50	0	0	0	0,50
21	0,75	0	0	0,75	1,50
22	0,75	0	0	0,75	1,50
23	0,50	0	0	0	0,50
24	0,75	0	0	0,50	1,25
Média	0,64	0,42	0,38	0,55	1,98
% Cumprimento	85%	56%	50%	74%	66%

Análise

Este componente, ao contrário dos outros três, tem apenas quatro indicadores, pelo que cada um deles tem um peso relativo maior do que os outros. Por este motivo pode-se observar uma maior variação nos valores resultantes.



Como foi referido, **um dos objetivos das inovações sociais empreendidas pelas OSC é transformar a realidade**. Esta transformação tem diferentes níveis, das microtransformações a nível particular (na vida dos indivíduos) às macrotransformações sociais, as que procuram intervir nas estruturas institucionais e deste modo gerar mudanças permanentes nas estruturas sociais. Uma das formas mais eficientes para realizar este objetivo é através da incidência nas políticas públicas.

Da análise realizada é possível observar que **todas as iniciativas desenvolvidas pelas OSC participantes no presente estudo têm implícita (46%) ou explicitamente (54%) como objetivo incidir nas políticas públicas**. No entanto, por vários motivos, nem todas as iniciativas conseguem incidir nas políticas públicas. Ainda assim, 58% foram consideradas como experiências-piloto de programas nacionais, enquanto que 42% não conseguiram gerar qualquer tipo de incidência.

A nível das organizações, 50% participaram institucionalmente na criação de algumas das políticas públicas ligadas ao âmbito de intervenção das suas iniciativas inovadoras.

« *Em relação ao grau de cooperação, é possível observar que mais de 80% das iniciativas desenvolvidas (20) obtiveram um nível de cooperação tanto a nível local como nacional e/ou internacional.* »

No México, a SERAJ (Servicios a la Juventud) impulsionou dois projetos. O primeiro é o **“Diplomado de fortalecimento de capacidades diretivas de OSC”**.

Tomou-se em consideração, para implementar esta proposta, o crescimento do terceiro setor, a maior profissionalização dos recursos humanos, a competitividade e as formas de planeamento, a maior organização e prestação de contas e a melhoria e fortalecimento interno das organizações. O diplomado propôs-se trabalhar conteúdos ligados a: i) às competências organizacionais: conhecimentos, capacidades e atributos que compõem a organização; ii) às competências fundamentais como as capacidades, conhecimentos e atributos que os integrantes de uma organização devem desenvolver; e iii) às competências de posição: capacidades, conhecimentos e atributos que estão relacionados com um cargo específico. O segundo projeto, denominado **“Conexão em Ação. Jovens transformando ideias em empreendimentos que melhoram o seu meio”** teve uma participação de 60% de mulheres jovens. A ideia central é fortalecer as capacidades pessoais e empreendedoras das e dos jovens com especial ênfase nas mulheres, que se tenta empoderar, desenvolvendo a sua liderança e promovendo a sua participação.

Em El Salvador, a partir da iniciativa **“Rota Jovem”**, implementada nos municípios de Apopa, Soyapango, Ciudad Delgado e Mejicanos, trabalhou-se na construção de itinerários personalizados a partir das aspirações de cada jovem e com a definição de metas a cumprir. Estas metas funcionam como fases na preparação para as suas vidas, nomeadamente para as mulheres jovens, enquanto vão adquirindo conhecimentos técnicos e académicos e valores de compromisso, res-

ponsabilidade, honestidade e tolerância nos processos pessoais de crescimento até à vida adulta. Financiado pela Comissão Europeia, foi assumido pelo governo como política pública em Soyapango, município com problemática de violência e conflitualidade.

Em Espanha, a Fundação Esplai desenvolveu o projeto AMA, **“Acompanhamento a Mães Adolescentes”**. Esta proposta de transformação destinada a mulheres jovens entre 18 e 25 anos grávidas ou mães de crianças de 0-3 anos, em situação de vulnerabilidade, foca-se na necessidade de oferecer oportunidades para aprender de forma holística e compensadora, para poder empreender a sua própria vida, abordando o seu presente e o seu futuro, a partir da formação e do acompanhamento. O projeto gera um efeito transformador: crescimento maturativo das jovens; empoderamento e empreendedorismo sobre as suas vidas em sociedade. Desafios educativos e profissionais, desenvolvimento da vida pessoal e familiar, procura-se a inclusão social e profissional e a melhoria dos vínculos materno-filiais.

No Brasil, através da Rede Pro-Aprendiz, desenvolvem-se estratégias inovadoras de caráter educativo e de integração profissional, no âmbito da lei de aprendizagem que o país tem e que promove a aprendizagem dos e das jovens no cargo de trabalho durante um período de 2 anos. Através do qual os seus percursos profissionais não só derivam na inserção no mercado de trabalho em relação de dependência, mas também no desenvolvimento empreendedor.

Na Argentina, através da Fundação SES, foi impulsionada uma série de iniciativas que conseguiram ter impacto em determinadas políticas

públicas assumidas por diferentes níveis do Estado. Entre elas pode destacar-se o **“Programa Ellas Hacen”**, uma iniciativa para jovens mulheres na província de Buenos Aires, com recursos do PNUDI e do Ministério do Trabalho. O programa resultou numa política pública nacional denominada “Ellas Hacen”. Outra iniciativa dirigida às mulheres jovens com impacte nas políticas públicas nacionais foi o **“Banco Popular da Boa Fé”**, coordenado em 80% por mulheres jovens que recebem um microcrédito para desenvolver pequenos negócios nas suas comunidades. Contam com promotores que acompanham. O nível de devolução do empréstimo atingiu os 90%.

Podem reconhecer-se algumas experiências que se desenvolvem em vários países simultanea-

mente. Entre eles o **“Programa Trifinio”** (Tripla fronteira entre El Salvador, Honduras e Guatemala), na formação e desenvolvimento de competências transversais, projeto de vida e projeto formativo e ocupacional, com ênfase no desenvolvimento empreendedor em questões relacionadas com a cadeia de valor da cafeicultura e áreas agropecuárias em geral. As mulheres recebem um capital-semente inicial para a melhoria dos seus terrenos e a inovação nas práticas sobre as alterações climáticas e os negócios com tecnologias sustentáveis. Algo semelhante ao anterior está a ser desenvolvido com a Federação de Cafeteiros na Colômbia, na zona de Popayán (Cuaca) e com Microempresas da Colômbia em Antioquia, neste caso, em diferentes ramos de atividade. Há experiências interessantes no desenvolvimento e programação de software.

AECID © Miguel Lizana



- 1** O presente trabalho não tem outro fim senão o de se transformar num documento disparador para o debate e a troca de ideias. Não se pretende de modo algum apresentar uma definição da Inovação Social e da sua ligação às atividades e projetos que as Organizações da Sociedade Civil da região ibero-americana desenvolvem quotidianamente.
- 2** Tem a força de ter sido consolidado com ideias e informação disponibilizada pelas próprias organizações, o que implica um exercício de autorreflexão e sistematização de saberes, experiências e caminhos percorridos.
- 3** Tem a fraqueza que supõe trabalhar com um conceito como o da Inovação Social, que se encontra em formação, sobre o qual existem múltiplos olhares e apreciações, que se encontra no meio de um rico e dinâmico debate académico e institucional e que longe de ser um conceito da moda, veio para ficar.
- 4** E veio para ficar porque o que não vai embora são os problemas sociais. A desigualdade, a pobreza, a injusta distribuição da riqueza, a infantilização da pobreza, a juventude sem trabalho, a desigualdade educativa, a violência doméstica, a violência urbana, o sofrimento do migrante social e económico, os deslocados pela violência e a discriminação em todas as suas formas e variantes.
- 5** Portanto devemos ser cada dia mais inovadores, ao mesmo tempo que cada vez mais exigentes com os Estados que devem garantir os direitos estabelecidos em todos os pactos internacionais de direitos humanos.
- 6** As OSC ibero-americanas têm uma prática e uma experiência que têm gerado nestas últimas décadas grande quantidade de insumos de todo o tipo para transformar a realidade a diferente escala, a nível local, regional e nacional.
- 7** A hipótese é que sem o envolvimento dos Estados esta experiência possa ser limitada na sua capacidade transformadora, e esta reflexão aponta nessa direção. Inovar para transformar, inovar na articulação, inovar na troca. Inovar na procura de novas respostas a velhas e persistentes perguntas.
- 8** Embora se tenha definido a centralidade da organização como dispositivo de Inovação Social, este índice é formado a partir dos resultados quantificados das respostas que as organizações proporcionaram sobre as suas práticas. Um estudo externo, que considere todos os aspetos ligados à organização e aos seus projetos em desenvolvimento, com a aplicação de uma metodologia qualitativa, permitiria aproximar-se de um índice de Inovação Social mais sólido e consistente.
- 9** Este tipo de esforços ultrapassaria a clássica sistematização e divulgação de “boas práticas”, ao permitir uma análise multidimensional dos fatores que influenciam as

práticas, os processos e os resultados da IS promovida e sustentada pelas Organizações da Sociedade Civil da Ibero-América.

10 As OSC analisadas têm como maiores forças a sua institucionalidade, a sua identidade e a sua intencionalidade. Para lá da antiguidade, todas nasceram como produto da procura social, da necessidade social e dos problemas evidentes que os países da região atravessam. Isso oferece potencialidade e forte enraizamento territorial.

11 Um dos requisitos para a produção de inovações é, além da circulação de ideias e informação, a sua conservação como conhecimento, para poder construir sobre essa massa crítica conhecimentos maiores e mais inovadores. Nesse sentido, as OSC analisadas contam com uma forte tendência para impulsionar diagnósticos participativos, avaliar as práticas, sistematizar e comunicar. E incluem sempre ações de formação interna e dos intervenientes ligados aos projetos.

12 As organizações reconhecem o local, as características próprias de cada espaço onde se desenvolvem. Esta tem sido uma aprendizagem, dado que não é desejável transferir automaticamente os mecanismos que tiveram sucesso noutras regiões do planeta para a realidade ibero-americana, pois não se trata do mesmo contexto social, político, cultural nem económico.

13 Não basta ser “inovador” para esta ganhar escala; é preciso promover redes especializadas entre inovadores para gerar troca de conhecimento e fertilização cruzada, gerar ligações entre os inovadores e os tomadores de decisões para transformar as inovações sociais em políticas públicas,

criar alianças desde cedo e conceber planos de comunicação estratégica, etc.; isto é, existir um contexto favorável à IS das OSC.

14 Sem dúvida, a dificuldade mais evidente é a articulação com os Estados, sejam locais, subnacionais ou nacionais. Os tempos políticos, os diferentes modelos de desenvolvimento empreendidos, os conflitos de interesses, as mudanças de gestão, os conflitos administrativos, a falta de valorização da parte dos administradores governamentais, etc., são fatores que afetam a impossibilidade ou complexidade da escalabilidade das experiências da sociedade civil.

15 Os Estados e os seus agentes governamentais também devem encontrar dificuldades ao estabelecer diálogos com as OSC. Nem sempre abertas e dispostas ao trabalho articulado e com delegação de poderes e responsabilidades.

16 Nesse sentido, organismos internacionais do perfil da SEGIB podem transformar-se em pontes inestimáveis entre organizações inovadoras e Estados recetivos. A procura de consensos, a aferição de limites às responsabilidades, a escolha de cenários e o acompanhamento técnico, político e financeiro são aspetos centrais para a verdadeira Inovação Social.

17 Voltando à pergunta inicial: Há algo mais inovador do que transformar a realidade?

Imagem completa da matriz

Ordem por percentagem	COMPONENTE 1 (Força Institucional)															COMPONENTE 2 (Contexto)										COMPONENTE 3 (Processo de aprendizagem)										COMPONENTE 4 (Incidência e contribuição)				
	11	12	13	14	15	TOTAL	21	22	23	24	25	TOTAL	31	32	33	34	35	TOTAL	41	42	43	44	TOTAL																	
1	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	1,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0,75	0,75	3																	
2	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0,75	0,75	3																	
3	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0,75	0,75	3																	
4	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0,75	0,75	3																	
5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0,75	0,50	2,75																	
6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0,75	0,75	0,75	2,75																	
7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,2	2,6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0,75	0,75	3																	
8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	2	0,4	0,4	0,4	0	0,4	1,6	0,75	0,75	0,75	0,50	2,75																	
9	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0,75	0,75	0,50	2,50																	
10	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0,75	0,75	0,50	2,50																	
11	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,75	0	0,75	2,25																	
12	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0	0,4	0,2	1,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0,75	0,75	0,50	2,50																	
13	0,6	0,6	0,6	0,4	0,6	2,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0	0,75	0,75	2																	
14	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0,50	0	0,50	1,5																	
15	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0	0	0,75	1,25																	
16	0,6	0,6	0,4	0,4	0,6	2,8	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,9	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0	0	0,75	1,25																	
17	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	1,9	0	0,4	0,4	0,4	0,4	1,6	0,75	0,50	0	0	1,25																	
18	0,6	0,6	0,6	0,4	0,6	2,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,75	0,50	0	0	0,75																	
19	0,6	0,6	0,2	0,6	0,6	2,6	0,4	0,3	0	0,4	0,4	1,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0	0	0,75	1,25																	
20	0,6	0,6	0,4	0,6	0,6	2,8	0,4	0,4	0,4	0,2	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	2	0,50	0	0	0	0,50																	
21	0,6	0,6	0,2	0,6	0,2	2,2	0,4	0	0,4	0,4	0,4	1,6	0	0,4	0,4	0,4	0,4	1,6	0,75	0	0	0,75	1,50																	
22	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0	0	0,4	0,2	1	0	0	0,4	0,4	0,4	1,2	0,75	0	0	0,75	1,50																	
23	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	3	0,4	0,4	0	0,4	0,2	1,4	0,4	0	0,4	0,4	0,4	1,6	0,50	0	0	0	0,50																	
24	0,6	0,6	0,2	0,6	0,6	2,6	0,4	0,4	0	0,4	0,4	1,6	0	0	0,4	0,4	0,4	0,8	0,75	0	0	0,50	1,25																	
Média	0,60	0,60	0,52	0,60	0,57	2,88	0,40	0,34	0,32	0,40	0,38	1,73	0,33	0,35	0,40	0,37	0,40	1,85	0,64	0,42	0,38	0,55	1,98																	
% Cumprimento	100%	100%	85%	100%	94%	96%	100%	85%	79%	100%	69%	87%	83%	88%	100%	92%	100%	93%	85%	56%	50%	74%	66%																	

13 Bibliografía



- **AGAMBEN, G.** ¿Qué es un dispositivo?. Editorial Anagrama, Barcelona, 2014.
- **ALBORNOZ, M.** 2009. Indicadores de innovación: las dificultades de un concepto en evolución. Revista CTS, nº 13, vol. 5, Noviembre de 2009 (pág. 9-25). <http://www.redalyc.org/pdf/924/92415269002.pdf>
- **AROCENA, R. y SUTZ, J.** (2002): La Universidad Latinoamericana del Futuro. Tendencias - Escenarios – Alternativas, Revista de la OEI, <http://www.campus-oei.org/salactsi/sutzarocena04.htm>
- **ALMOG-BAR, M & SCHMID, H.** 2013. Advocacy Activities of Nonprofit Human Service Organizations: A Critical Review Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly
- **ALVORD, S. H., BROWN, L. D. & LETTS, C. W.** 2004. Social Entrepreneurship and Societal Transformation. Journal of Applied Behavioral Science, 40, 260-282.
- **BORZAGA, C. & BODINI, R.** 2014. What to make of social innovation? Towards a framework for policy development. Social Policy and Society, 13(3), 411–421.
- **BOUCHARD, C.** (1999), Recherche en Sciences Humaines et Sociales et Innovations Sociales. Contribution à une Politique de l'Immatériel. Conseil Québécois de la Recherche Sociale, Groupe de Travail sur l'Innovation Sociale.
- **CAJAIBA-SANTANA, G.** 2014. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. Technological Forecasting and Social Change, 82, 42-51.
- **FINQUELIEVICH, S & FELDMAN, P.** "Innovación y ciudades en la sociedad de la información. ciencia, tecnología y políticas públicas". Instituto de investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires
- **GURSTEIN, MICHAEL.** 2003. "Effective Use: A Community Informatics Strategy Beyond the Digital Divide", First Monday, <http://ojphi.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/1107>
- **HOPENHAYN, M.** Innovación en los sectores sociales. Documentos CEPAL. 2014.
- **HOWALDT, J.; KOPP, R; and SCHWARZ, M.** Social innovations as drivers of social change – Tarde's disregarded contribution to social innovation theory building Technische Universität Dortmund, Germany.
- **JASKYTE, K., & LEE, M.** 2006. Interorganizational relationships: A source of innovation in nonprofit organizations?. Administration in Social Work, 30(3), 43-54.
- **LECHNER, N.** La (problemática) invocación de la sociedad civil. VIII Encuentro Internacional de Ciencias Sociales. Feria Internacional del Libro de Guadalajara 1994.
- **LEÓN, MARÍA DE FÁTIMA; BAPTISTA, MARÍA VIRGINIA; CONTRERAS, HERNÁN.** 2012. La innovación social en el contexto de la responsabilidad social empresarial Forum Empresarial, vol. 17, núm. 1, pp. 31-63 Centro de Investigaciones Comerciales e Iniciativas Académicas San Juan, Puerto Rico.
- **MARKUS, H. & BRETT, F.** 2016. German energy co-operatives as agents of social innovation. International Cooperatives Alliance, Research International Conference. Almería, Spain.
- **MONTGOMERY, T.** Voluntas (2016) 27: 1979. doi:10.1007/s11266-016-9688-1
- **MULGAN, G., TUCKER, S., ALI, R.** 2007. Social Innovation: What it is, why it Centre for Social Entrepreneurship, Oxford Said Business School.

- **MURRAY, R., CAULIER-GRICE, J. & MULLIGAN, G.** 2009. The open book of social innovation.
- **NICHOLLS, A. & MURDOCK, A.** 2012. Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets, Hampshire, UK & New York, USA, Palgrave Macmillan.
- **NICHOLLS, A.** 2006. Social entrepreneurship: New models of sustainable social change., Oxford, UK, Oxford University Press.
- **PANIAGUA ZURERA, M.** Las empresas de inserción sociolaboral y las cláusulas sociales en la contratación pública: dos instrumentos necesarios para la innovación social hacia el desarrollo. *revesco. Revista de Estudios Cooperativos*, núm. 112, 2013, pp. 176-212 Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Madrid, España
- **PHILLS, J.** 2009. "Rediscovering Social Innovation". Center for Social Innovation, Stanford Graduate School of Business
- **POL, E. & VILLE, S.** 2009. Social innovation: Buzz word or enduring term?. *The Journal of Socio - Economics*, 38(6), 878-885.
- **REY DE MARULANDA, N. & TANCREDI, F.** 2010. De la innovación social a la política pública: historias de éxito en América Latina y el Caribe, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL.
- **RICHER, M.** 2005. Innovación social y desarrollo local en un municipio andino Cayapa. *Revista Venezolana de Economía Social*, vol. 5, núm. 9, primer semestre, pp. 50-64 Universidad de los Andes Mérida, Venezuela
- **REY DE MARULANDA, N. y TANCREDI, F.** De la innovación social a la política pública Historias de éxito en América Latina y el Caribe. CEPAL. 2010.
- **RUIZ GÓMEZ, FERNELLY.** La innovación: un proceso social e interactivo basado en el conocimiento. *Tecno Lógicas*, núm. 16, julio, 2006, pp. 83-97. Instituto Tecnológico Metropolitano. Medellín, Colombia.
- **TOURIEN, A.** Crítica de la modernidad (Critique de la modernité). 1a. ed. francesa 1992, ed. Arthème Fayard; 1a. reimp. en castellano 2000, Fondo de Cultura Económica, Bogotá; 2a. ed en castellano 2014, Fondo de Cultura Económica, México.
- **SCHIAVO, ESTER, PABLO BAUMANN, CAMILLA DOS SANTOS NOGUEIRA Y PAULA VERA.** 2013. Estudio sobre indicadores TIC en instituciones científicas y tecnológicas de Iberoamérica. OEI - AECID, Buenos Aires, <http://www.observatorioocts.org/files/Archivo%20Documental/Documentos%20de%20proyectos/ticoc-tsREVISADO.pdf>
- **SHIER, M. L. & HANDY, F.** 2015. From Advocacy to Social Innovation: A Typology of Social Change Efforts by Nonprofits. *Voluntas*, 26, 2581-2603.
- **THE YOUNG FOUNDATION.** 2012. Social Innovation Overview: A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe" (TEPSIE), European Commission - 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research.

Anexo 1 INQUÉRITO REALIZADO ÀS ORGANIZAÇÕES

Módulo A

Apresentação da organização

- 1 Nome da organização:
- 2 País:
- 3 Região:
- 4 Cidade e/ou localidades onde trabalham:
- 5 Data de origem da organização:
- 6 Breve descrição da instituição:
- 7 Em que contexto histórico, político, social e cultural local e regional surge a organização?:
- 8 Nome de contacto:
- 9 Cargo na organização:
- 10 Mail:
- 11 Telefone:
- 12 Site e redes sociais da organização:
- 13 Fontes de financiamento da organização:
- 14 Outra informação significativa:

Módulo B

A Organização como dispositivo de inovação social

- 1 Nome e breve descrição da iniciativa ou projeto que a organização está a desenvolver ou desenvolveu e que considera como inovação social.
- 2 Objetivos:
- 3 População destinatária:
- 4 Temática (juventude, educação e empreendedorismo)
- 5 Metodologia aplicada:
- 6 Quais foram os intervenientes envolvidos nas diferentes fases da implementação da experiência?
- 7 Condições de aplicabilidade da experiência: contextos favorecedores e contextos obstaculizadores do processo inovador.
- 8 Como se envolveu a população destinatária/participante da iniciativa?
- 9 Que obstáculos e que facilitadores encontraram para envolver a população destinatária/participante?
- 10 Por que considera esta iniciativa como inovação social?

Módulo C

A prática como geradora de aprendizagem, apropriação e transformação social

- 1 Quais foram as principais aprendizagens que foi possível alcançar na organização antes, durante e depois da experiência?
- 2 Quais foram as principais aprendizagens alcançadas pelos destinatários/participantes na experiência?
- 3 Foram criados ou incorporados instrumentos tecnológicos durante as diferentes etapas do processo?
- 4 A experiência foi sistematizada, registrada, difundida? Com que instrumentos?
- 5 Constituíram-se novas redes entre os diversos agentes do projeto ou iniciativa? De que tipo? Que papel desempenharam?
- 6 Que instrumentos utilizam para medir os resultados do projeto?

Módulo D

A experiência como incidência e como contribuição para as políticas públicas

- 1 Envolveu-se algum nível do Estado (local, municipal, provincial, estadual, nacional) nalguma das etapas do processo? Em quais? Com que resultados?
- 2 Consideram que a experiência incidiu de alguma forma nalguma linha de políticas públicas estatais, a diferentes níveis? Se incidiu, como? Com que resultados? Se não foi possível incidir, por que motivo?
- 3 Consideram que conseguiram um nível de colaboração e de contribuição para as políticas públicas que produziu novas iniciativas do Estado a partir da aplicação da metodologia desenvolvida? Como é que esta experiência se revelou?
- 4 Estabeleceram-se mecanismos de formalização entre a organização ou o projeto e o Estado a diferentes níveis? De que forma se concretizou essa formalização?

Anexo 2 LISTA DE ORGANIZAÇÕES INQUIRIDAS

Nº	Organizações da Sociedade Civil	País	Iniciativa partilhada pelas OSC
1	Ação Cultural Popular - ACPO	Colômbia	1
2	Aciona Transformando Caminhos para Ser e Fazer A.C.	México	1
3	Associação para a Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, APDNA	Argentina	1
4	Centro de Desenvolvimento e Autogestão – DYA	Equador	1
5	Centro Caritas de Formação para o atendimento às farmacodependências e situações críticas associadas A.C.	México	1
6	Coletividade Juventude entre <i>Tules</i> A.C.	México	1
7	Corporação Associação Chilena Pró Nações Unidas	Chile	2
8	Corporação <i>Ocasa</i>	Colômbia	1
9	Cultura Jovem A.C.	México	1
10	Desenvolvimento da Autogestão A.C.	México	1
11	Desenvolvimento, Educação e Cultura Autogeridos, DECA, <i>Equipo Pueblo</i> , A.C.	México	1
12	Educação e Cidadania, A.C.	México	1
13	Fundação da Juventude	Portugal	1
14	Fundação Educativa Fé e Alegria da Guatemala	Guatemala	1
15	Fundação <i>Esplai</i> , Cidadania Comprometida	Espanha	2
16	Fundação Imagem	Bolívia	1
17	Fundação Salvadorenha para a Promoção Social e o Desenvolvimento Económico – FUNSALPRODESE	El Salvador	1
18	Fundação Social <i>Uramanta</i>	Bolívia	1
19	Fundação Sustentabilidade, Educação e Solidariedade, SES	Argentina	4
20	Instituto Aliança com o Adolescente	Brasil	1
21	Organização de Formação Cidadã OFC	República Dominicana	1
22	Rede de Estudantes e Formandos de Trabalho Social de Jalisco	México	1
23	Rede Pró-Aprendiz / Fundação Pró-Cerrado	Brasil	1
24	Ser Família – Bolívia	Bolívia	1
25	Serviços à Juventude A.C. (SERAJ)	México	1

Andorra
Argentina

Bolivia
Brasil

Colombia
Costa Rica

Cuba
Chile

R. Dominicana
Ecuador

El Salvador
España

Guatemala
Honduras

México
Nicaragua

Panamá
Paraguay

Perú
Portugal

Uruguay
Venezuela



Com o apoio de:

